

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

ATA Nº 053

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todas e a todos. É com prazer que eu e o Deputado Zeca D'Ávila os recebemos para que cumpramos o nosso trabalho. São várias Audiências Públicas com relação ao PPA 2004/2007 e ao Orçamento 2004. Esta, hoje, é a última Audiência Pública, com relação à saúde e transportes.

Nós já estamos com o Deputado Zeca D'Ávila, e vamos convidar para compor a Mesa o Sr. Arnaldo Alves, que é Secretário Adjunto de Planejamento; o Sr. Jackson Fernando Oliveira, Secretário Adjunto de Gestão, neste ato representando o Secretário de Saúde, Dr. Marcos Henrique Machado; o Sr. Gilson de Oliveira, representando o Sr. Luiz Antônio Pagot, Secretário de Transporte; o Sr. Joaquim Curvo, que é Secretário Adjunto de Transporte e Habitação; e o Sr. José Carlos Pagot, Secretário de Gestão.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaramos aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir as propostas do Plano Plurianual 2004/2007 e do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004. Tema de hoje: transporte e saúde.

Neste momento, nós gostaríamos de observar que se houver alguém na plenária que queira interpelar os palestrantes, poderão fazê-lo, com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado terá três minutos para a resposta.

Anunciamos aqui a presença da Sr<sup>a</sup> Beatriz Castro, funcionária da Saúde; agradecemos a presença dos funcionários da Secretaria de Saúde a esta Audiência Pública; do Sr. Jader Pompeu, da Secretaria de Saúde; da Sr<sup>a</sup> Lúcia Maria de Campos Provezano, Gerente de Projetos Especiais, Superintendente de Planejamento da Secretaria Estadual de Saúde; do Sr. Geomir Leite Rocha, Coordenador de Planejamento da Secretaria de Saúde; do Sr. Nilton de Brito, Superintendente de Obras e Transportes; do Sr. Benedito Oscar, da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde; da Sr<sup>a</sup> Ingrid Handell, representante da Secretaria de Saúde; e da Sr<sup>a</sup> Acelina Marques, representando a Secretaria de Saúde.

Convidamos para usar da palavra o Sr. Jackson Fernando Oliveira, que vai expor o Orçamento da Secretaria Estadual de Saúde e o PPA.

O SR. JACKSON FERNANDO OLIVEIRA - Boa-tarde, Sr<sup>a</sup> Deputada Verinha Araújo, Deputado Zeca D'Ávila. Gostaria de cumprimentar os demais secretários adjuntos, em nome do Secretário José Carlos Pagot, os servidores da Secretaria de Saúde e os demais senhores e senhoras presentes.

Eu gostaria de chamar a equipe técnica, porque nós preparamos, através do *data-show*, a explanação do PPA 2004/2007, que foi elaborado, juntamente com toda a equipe, a partir dos Fóruns regionais realizados no interior do Estado e também em Cuiabá.

Nós vamos estar à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Eu gostaria de chamar o Sr. Geomir Leite Rocha para fazer a explanação.

Já poderia colocar em tela para iniciarmos a apresentação.

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - Boa-tarde, Deputada Verinha Araújo, em nome de quem cumprimento os demais componentes da Mesa; colegas da Secretaria de Saúde presentes.

O PPA da saúde foi instituído partindo dos pólos regionais, discutido por um bom período, como fizeram as demais Secretarias em todo o Estado. Então, tem, efetivamente, além do programa de Governo, a participação social na composição do que ali está contido.

O eixo temático básico do PPA da saúde prevê a inclusão social, com os seguintes objetivos estratégicos: melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania e reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade social.

As estratégias do Governo para esse fim incluem: desenvolver ações de atenção integral ao cidadão, estipular e fomentar políticas de saneamento básico, estimular o desenvolvimento regional considerando as aptidões de cada região, com vista à redução das desigualdades econômicas e sociais. São as estratégias intersetoriais, quer dizer, obrigando que se mude a política de condução da gestão pública, cada Secretaria fazendo a sua parte sem se preocupar com a intersetorialidade, que existe, obrigatoriamente, entre elas.

No fórum da Baixada Cuiabana, as demandas levantadas e que efetivamente foram incluídas no PPA 2004/2007 estão previstas no Programa VII, que é o fortalecimento da política de investimento em saúde, com construções e reformas de todas as necessidades físicas para o atendimento do cidadão e a equipagem de todas essas unidades. Isso inclui construções de hospitais, reformas de prontos-socorros, unidades básicas de saúde, veículos, PSF, que é o carro-chefe da Secretaria de Saúde hoje em termos de política preventiva e não curativa, criação de centro de atendimento integral aos dependentes químicos da região.

Aumentar o incentivo do PSF rural. Foi atendida na demanda 09, através do Programa I, que é o fortalecimento da atenção básica.

O incentivo a organização e implementação da atenção básica na zona rural - PASC rural.

No Programa X e XI que depois eu posso elencar todos. As demandas de nºs X e XI, do Fórum de Cuiabá, que é rever a política de distribuição de medicamentos e construir a fábrica de medicamentos em Cuiabá, com exceção dessa questão da concessão de medicamentos que merece um estudo maior, já estão atendidas.

Programa IV: reestruturação da assistência farmacêutica - acho que é do conhecimento de todos, inclusive a terceirização já por uma empresa de São Paulo para fazer toda essa logística - e a implementação do ciclo logístico da assistência farmacêutica.

Nas demandas 12 e 13, que é a capacitação dos agentes e educadores ambientais, para todos os profissionais também, estão atendidos no Programa V, na gestão de pessoas em educação permanente em saúde, especificamente na Ação 41, com o desenvolvimento na qualificação de talentos para o SUS.

No Alto Tapajós, que inclui Alta Floresta e Paranaíta, a regionalização do Hospital de Alta Floresta foi uma demanda não atendida, pelo menos por enquanto. Dessas duas atendidas, a demanda 2, com o Programa II, implementação e efetivação da microrregionalização da saúde no Estado, especificamente na Ação 16, com a ampliação e reestruturação do consórcio intermunicipal de saúde.

As demandas 02 e 03, que é a descentralização dos medicamentos e uma farmácia regional, que estão atendidas nos Programas III e IV, com reestruturação da assistência farmacêutica, com as ações Implementação do Ciclo Logístico e o Programa Desenvolvimento da

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Política de Investimento em Saúde com Ação - Construção e Reformas, com relação em anexo, que deve estar nos *slides* seguintes (PAUSA). Não está. Mas deve ter no final. No PPA estão especificadas todas as obras as serem...

Foram levantadas ainda a construção de LARENS, que são os laboratórios regionais, atendido na demanda 05, Programa VII, desenvolvimento da política de investimento em saúde, especificamente com ação de construção e reformas, que constam na relação do PPA.

A demanda 06, atendida no Programa I, Fortalecimento da Atuação Básica, com as ações de incentivo, organização e implementação da atenção básica, e Ação 03 - implementação de equipes de saúde bucal integradas às escolas das equipes Saúde da Família.

A demanda de integralização das informações da área de saúde e a garantia de repasse com pontualidade estão atendidas no Programa VI, no fortalecimento da gestão, com ação 46, informação em saúde disponível ao cidadão; e o Programa II, com implementação e efetivação da microrregionalização da saúde no Estado, especificamente com a gestão plena do sistema, que o Estado era mero repassador de recursos e hoje faz o acompanhamento de todo o serviço prestado para o SUS, além do pagamento.

Na região de Confresa, Baixo Araguaia, as demandas levantadas estão atendidas, algumas delas, a 01,02 e 04 especificamente, o Programa VII - desenvolvimento da política de investimentos - com construções e reformas, além de equipamentos. Demandas de criação de CAPS, que são os Centros de Atendimento Psicossocial, em Vila Rica, Confresa e São Félix, e criação da CTA...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - Eu não me lembro o que é CTA. Centro de Testagem e Aconselhamento em São Félix do Araguaia.

Estão atendidos no Programa II, implementação e efetivação da microrregionalização da saúde do Estado, com ação da assistência ambulatorial especializada.

Demanda 11 está atendendo....

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Só um momento, Geomir. O Deputado está solicitando explicação a respeito do CTA. O senhor poderia explicar?

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - É na área psicossocial.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Poderia alguém da Saúde me dar uma explicação melhor sobre o que é CTA.?

O Sr. ANTONIO AUGUSTO DE CARVALHO (FORA DO MICROFONE) - CTA é Centro Especializado de Álcool e Drogas.

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - A ampliação das equipes da saúde da família, com veículo e saúde bucal, e implementação de farmácias básicas estão atendidas na demanda do Programa 1 e 7, com fortalecimento da tensão básicas, ação, incentivo e organização, e implementação da tensão básica.

3. implementação de equipes de saúde bucal, integradas às equipes de saúde da família.

Programa 7 - desenvolvimento da política de investimento da saúde com construções e reformas conforme relações no PPA.

As demandas 3 e 4 - criar com os técnicos profissionalizantes da saúde, enfermagem e técnica, odontologia, laboratório de raios X, além da capacitação de conselheiros municipais, estão incluídos na gestão de pessoas, e educação permanente, com a profissionalização de IRH, em nível médio e técnico para o SUS.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Gestão democrática do SUS no programa neutro com ação de capacitação, de conselheiro de saúde, isso para efetivamente haver uma maior participação social na gestão do SUS.

Na região centro-norte de Diamantino, a implementação do hospital regional é uma vontade de toda região, que tenha algum centro próximo para atendimento.

O Programa 7 - desenvolvimento da política de investimento a saúde ação, ação 47 - construções e reformas, apesar de que essas construções e reformas não contemplam o Hospital Regional para região de Diamantino. Tem o Hospital de Barra do Bugres que talvez venha a ser ... (O SR. RUBENS DE CARVALHO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - Não contempla o Hospital Regional. Talvez eu tenha me expressado, mas não contempla.

E a Ação 48...

O Sr. Rubens de Carvalho (FORA DO MICROFONE) A demanda daquela região é o forte.

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - Na Microrregião Médio Araguaia-Água Boa, as demandas tiveram nos fóruns muita coisa parecida. Então, basicamente nós elencamos aí o que há de diferencial entre uma e outra.

Entra aí novamente a construção do Hospital Regional de média e alta complexidade e a equipagem desses hospitais com raios X, ultra-sonografia e endoscopia.

As demandas 1 e 2 estão contempladas no Programa VII com o desenvolvimento da política de investimentos na ação de Construção e equipagem, especificamente 47, 48 do PPA.

Ampliação da farmácia básica e ativar e melhorar o CAPS de Nova Xavantina. Estão atendidas as demandas 3 e 4 nos Programas da Reestruturação da Farmácia com a implementação do ciclo logístico da assistência farmacêutica.

E o Programa II com implementação e efetivação da microrregionalização da saúde no Estado especificamente com assistência ambulatorial especializada.

A demanda 4 - aumentar o número de especialista na área de saúde, e a demanda 5 - incentivo ao PCE, estão atendidas no programa de fortalecimento da atenção básica; na saúde - incentivo a organização e implementação da atenção básica na zona rural, PARCs rural, na microrregião do Médio Norte, Tangará da Serra e Sapezal.

As demandas 1, 2, 3 e 5, especificamente implantar um hospital regional de média e alta complexidade, centro de hemodiálise, laboratório regional, farmácia de manipulação e construir escritório regional em Pontes e Lacerda, inclusive essa 5 já está em funcionamento, não com construção, mas numa parceria com a Prefeitura Municipal, com o objetivo único, claro, da economicidade, em função de se ter uma nova estrutura, mas já está em funcionamento.

Estão atendidos no programa 7, no Desenvolvimento da Política de Investimentos em Saúde, especificamente no programa 47 e 48, construção, reforma e equipamentos.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Só ressaltando também aquele item, o item 6: apoio aos municípios na instalação de semi UTI's, também já foram destinados dentro deste ano cinco leitos para Tangará da Serra.

O SR. GEOMIR LEITE ROCHA - As demandas 6 e 7: criação de uma unidade referência regional para o atendimento da saúde mental e implantar o CAPS/CTA estão atendidas no programa de implementação e efetivação da microrregionalização da saúde no Estado, com assistência ambulatorial especializada.

A reorganização da política da assistência farmacêutica e a garantia da pesquisa entomológica para diagnóstico de vigilância da leishmaniose estão atendidas no programa 8 e 9,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

com a reestruturação da farmácia, com a implementação do ciclo logístico. E a microrregionalização da saúde no Estado, com a estruturação da vigilância ambiental nas microrregiões do Estado.

As demandas 11, 12 e 13: eliminar a interferência política na intermediação de atendimentos, central de regulação e de centralizar a contratação de exames de média e alta complexidade para a região e reestruturação da política de apoio à saúde indígena, são demandas a serem resolvidas na questão da gestão interna. Então, já estão dentro do Programa de Desenvolvimento das Políticas de Saúde.

Na região noroeste mato-grossense, no fórum de Juína, há demandas também muito parecidas: 1 - implantar um programa de atenção à mulher vítima de violência. Está atendido no programa 1 com a ação 4: fortalecimento das ações de atenção à população em situações de vulnerabilidade, inclusive, com a Secretaria de Segurança; garantir financiamento para o tratamento fora do domicílio intermunicipal, com repasses diferenciados de pacientes para urgência e emergência por via aérea; fortalecimento do complexo regulador e tratamento para o domicílio.

A demanda 3, implementar supervisão hospitalar nos municípios da região conforme resolução da CIB, da Comissão Intergestora Bipartite, está atendido em primeira mão uma implementação da microrregionalização da saúde na ação 16, ampliação e reestruturação dos consórcios.

As demandas 7 e 8, que implantaram o LARIN - Laboratório Regional Noroeste e descentralização de diagnóstico do câncer, ampliação do número de leitos de referência na região. Estão nos Programa 7, com o fortalecimento da política de investimento...  
(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. GEOMIR LEITE COSTA - As demandas 2, 3 e 4, todas foram atendidas, ampliação e intensificação das ações do PSF, a garantia do incentivo diferenciado do PSF, já atendido este ano com 100%, inclusive, aquele que já era recebido, garantir a efetivação da proposta do PASCAR.

No Programa fortalecimento da atenção básica, expansão e consolidação do Programa de Saúde à Família, o incentivo, a organização, implementação da atenção básica na zona rural com o Programa PASC Rural.

A demanda 12 quer reavaliar a política de medicamento, que era um grande programa, todas as regiões questionaram muito isso pela questão da logística que era feito, está atendido no Programa IV - reestruturação da assistência farmacêutica e especificamente na ação 37 - com expansão e consolidação do Programa de Saúde da Família.

Na região de Cáceres e Quatro Marcos, oeste mato-grossense, a demanda levantada, demanda 1 - ampliar a cobertura do PASC, Programa do Agente Comunitário, está atendido, não foi para o programa I, com atenção básica, com incentivo a organização, implementação da atenção básica na zona rural com PASC Rural. E promover as capacitações para os Conselheiros, está no Programa de Gestão Democrática do SUS, com ação de capacitação de Conselheiros.

Efetivação da regulação de vagas e incrementar o sistema da Central de Regulação de Vagas e incrementar o sistema de referência e contra-referência na região para o Programa III, com o fortalecimento do complexo regulador na ação de implementação das centrais e regionais de regulação.

A demanda 4 e 6, reestruturar a política farmacêutica do Estado e garantir medicamentos nas unidades de saúde da região, estão no Programa IV da reestruturação da assistência e com a implementação da logística da farmácia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Demanda 7 implementar a vigilância sanitária e epidemiológica em todos os municípios, está no programa 2 da efetivação da microregionalização da saúde no Estado na ação 7 - com fortalecimento da descentralização das ações da vigilância sanitária.

Na região de Rondonópolis e Primavera do Leste, sul-mato-grossense, a demanda 3 com a construção e equipagem do LAREN, Laboratório Regional, está previsto no Programa 7 com fortalecimento da política do investimento com a construção e reforma.

A demanda 4 implantação do Centro de Recuperação para dependentes químicos no Programa de Implementação e efetivação da microregionalização com ação 9 - da assistência ambulatorial especializado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Anuncio a presença do Dr. Antônio Augusto de Carvalho, Superintendente de Atenção Integral da Secretaria Estadual de Saúde; do Vereador Gonçalo de Almeida, da Secretaria Estadual de Transporte.

Pois não, Dr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Com relação à farmácia de manipulação, nós temos aqui no Estado, por determinação do Governador Blairo Maggi, foi criado um grupo de trabalho de que eu sou o Presidente, e nós devemos implementar entre dez a doze farmácias de manipulação no Estado. E isso é um empreendimento. Cada farmácia de manipulação é um empreendimento para o Estado de em torno de oitocentos mil reais. E como nós queremos fazer essa implementação, para quê a farmácia de manipulação? É para que a população de baixa renda receba de sessenta a setenta medicamentos da cesta básica. Ou seja, todo esse medicamento da cesta básica, que todo mundo receba gratuitamente. Então, nós estamos verificando os valores disso. Por que não fazer uma indústria de medicamentos realmente aqui no Estado?

E nós levamos essa nossa preocupação a ANVISA. Nós levamos vários técnicos lá a Brasília para discutir isso. Nós solicitamos da ANVISA que eles viessem aqui a Mato Grosso, possivelmente agora ainda em dezembro virão dois técnicos, e aí nós vamos pedir também a colaboração da Assembléia Legislativa nesse sentido. E nós verificamos a viabilidade de que se nós vamos, realmente, construir essas farmácias de manipulação ou se nós vamos construir um laboratório de medicamentos para essa cesta básica.

Eu acredito que com o perfil que nós vamos traçar aqui, ver a relação custo/benefício, talvez nós tenhamos aqui, dentro do Estado, num futuro bem próximo, um laboratório com qualidade para que nós possamos desenvolver a cesta básica para todos os municípios, porque hoje todo mundo pede isso - os Deputados, e lá na Secretaria não é diferente nisso.

Era isso o que eu queria frisar. Obrigado.

O SR. GEOMIR LEITE COSTA - As demandas 05 e 06, Ampliação dos Recursos do PSF, já atendida esse ano, e Viabilização de Assistência Exclusiva aos Idosos estão no Programa do Fortalecimento da Atenção Básica, com expansão e consolidação no PSF e ação 04, Fortalecimento das Ações da Atenção a Populações em Situação de Vulnerabilidade.

Na região do Teles Pires, Sinop e Sorriso, as demandas de ampliação e reforma do Hospital Regional estão previstas no Programa 07, com o fortalecimento da política de saúde e com a construção e reforma do Hospital Regional de Colíder.

As demandas 03 e 04, na atenção básica, com ações de incentivo, implementação do PASC Rural, no que se refere à inclusão de novos profissionais, apesar de pedido assistente social, odontólogo e fisioterapeuta. Inicialmente, já temos um bom número de odontólogos nas equipes de saúde da família e sua ampliação com o atendimento do PASC Rural.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

São três implementações de equipes de saúde bucal, integradas às equipes de saúde da família.

A demanda 5, atendida no programa 2, com a microrregionalização da saúde, com ação de ampliação e reestruturação dos consórcios, e a demanda 6, com fortalecimento dos investimentos e com a ação de construção e reforma.

A demanda 7, atendida na gestão de pessoas e educação permanente no que se refere a cursos profissionalizantes na área de saúde, com ação de profissionalização de RH em nível de médio e técnico para o SUS.

E as demandas 8 e 9, construção de LARENs e ampliação de UTI, com fortalecimento da política de investimentos, com construção e reforma.

Demanda 12, na microrregionalização, que é incentivo para controle de endemias: febre amarela, malária, doença de chagas, está atendido na ação 5, com fortalecimento da vigilância epidemiológica das doenças de modificação compulsória e outros agravos relevantes.

A demanda 3, as ações TFD que são os tratamentos fora de domicílio, está no programa 3, com ação 36 - tratamento fora de domicílio.

Na região de Juara, no Vale do Arinos, a demanda 3, com implantação do laboratório regional, está atendido no programa de fortalecimento de investimentos com a construção e reforma.

Demanda 5 - ampliação do CAPS que é o Centro de Apoio Psicossocial, com a implementação da microrregionalização da saúde.

Na ação 9- assistência ambulatorial especializada.

O Programa de fortalecimento da atenção básica atende as demandas 6 e 7, com ampliação de PSF.

Com ação 1 - expansão e consolidação do programa de saúde da família, e ação 2 - incentivo à organização e implementação da atenção básica na zona rural, com o PASC rural.

Da região de Matupá, Vale do Peixoto, a demanda 2, com os investimentos, especificamente na construção de laboratório regional de referência, atendido na ação 47.

E a demanda 4 - implementação de regulação de vagas, com serviços de TFD.

Essa questão de tratamento do TFD intermunicipal que as regiões questionam é que, às vezes, eles têm que trazer os pacientes para cá ou na sede dos módulos deles, e esse custo é bancado pela Prefeitura. Então, eles pedem que o tratamento fora do domicílio, apesar de ser municípios próximos, mas a pessoa está fora do domicílio dela, que esse tipo de locomoção esteja incluso no Programa TFD, assim como está previsto já na ação 36 o tratamento fora do domicílio.

A descentralização das referências de doenças tropicais já em andamento, em passo acelerado esse ano, com o fortalecimento da vigilância epidemiológica, das doenças de notificação compulsória e outras doenças de agravos relevantes, além da descentralização das ações de vigilância.

A demanda de construção da farmácia de manipulação está prevista no Programa VII, com o fortalecimento dos investimentos, com construções e reformas.

Nós temos aí um quadro bastante ampliado, onde tem por cada um dos programas o valor orçado, o valor executado, previsto para 2004, 2005, 2006 e 2007.

Num total orçamentário para o ano de 2004, inicialmente, é uma receita prevista em torno de quatrocentos e trinta e um milhões.

O PPA está um pouco além do valor orçado, claro que são pretensões, mas o que nós temos de previsão de receita, hoje, se considerarmos uma elasticidade dela na ampliação de receita para o ano que vem, nós podemos atender cem por cento de todas as demandas elencadas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Como receita prevista, aí tem a tabela mais visível, nós temos aí quatrocentos e cinqüenta e dois milhões previstos; quatrocentos e cinqüenta e três milhões previstos de receita; e um valor de programas de quinhentos e oitenta. Nós temos aí um déficit de cento e trinta milhões.

Para 2005, um pouco mais amplo, quatrocentos e oitenta e quatro milhões previstos, e seiscentos e dezenove milhões dos programas elencados.

Bom, no total, temos aí um bilhão, novecentos e noventa e oito milhões para dois, seiscentos e cinqüenta e sete. Seiscentos e sessenta milhões de diferencial aí para que consigamos ampliar receita para cobrir efetivamente a demanda de toda saúde.

Temos alguns gráficos... Esse material... Eu não sei se aqui seria possível tirar algumas cópias para os Srs. Deputados, numa impressão, porque são números muito pequenos.

Nós temos aqui toda a equipe técnica da Secretaria de Saúde, área de orçamento, planejamento, de investimentos, de vigilância ambiental, o Dr. Antônio, na área de atenção integral à saúde e qualquer informação complementar ao exposto, estamos à disposição para os questionamentos. Muito obrigado

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Gilson Oliveira, que vai expor sobre o transporte.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu quero cumprimentar a Presidente da Mesa, ilustre Deputada Verinha Araújo; nosso companheiro e amigo, Deputado Zeca D'Ávila; nosso Secretário-Adjunto, Dr. Joaquim Curvo; Dr. José Carlos Pagot, nosso companheiro e Secretário-Adjunto da Saúde, Dr. Jackson Fernandes Oliveira, Secretário-Adjunto da Secretaria de Planejamento, Dr. Arnaldo, companheiros de trabalho e Superintendentes Dr. Nilton Brito e Dr. Gonçalo aqui presentes, nosso coordenador da área de segurança, Dr. Ivo, senhoras e senhores.

Eu gostaria, antes de adentrar no PPA 2004/2007 e também no Orçamento Geral do Estado para 2004, de tecer alguns comentários para que possamos nos situar da importância da nossa reestruturação, conservação e implantação da malha rodoviária em nosso Estado.

Nesta semana, tivemos a oportunidade de assistir, através da imprensa, a uma declaração do Ministro da Integração, Dr. Ciro Gomes, dizendo que os Estados do Centro-Oeste e do Sudeste não necessitariam de incentivos fiscais e muito menos de subsídios para a produção desses Estados brasileiros. Eu não posso coadunar com o pensamento do Ministro, porque em países mais desenvolvidos do mundo, como os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, que possuem uma infra-estrutura ímpar nesse planeta, a maioria de seus produtos são subsidiados. E nós que precisamos urgentemente de uma logística de transporte, para que realmente o Brasil possa ter condições, Deputado Zeca D'Ávila, de competitividade, das nossas empresas no mercado exterior gerando divisas para o nosso país, nós não podemos coadunar realmente com esse pensamento.

Eu gostaria aqui de deixar registrado essa nossa preocupação, porque, segundo o Ministro, pelos dados estatísticos que foram fornecidos por Sua Excelência, 79% das famílias que residem no Centro Oeste vivem com dois salários mínimos, enquanto o Nordeste é na ordem de 94%.

Então, isso realmente reflete a nossa realidade.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Dr. Gilson, deixa eu lhe interromper um segundo.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Pois não, Deputado.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Essa preocupação, eu já venho com ela, e para mim não causa novidade nenhuma o pronunciamento do Ministro, até porque eu tenho uma convicção bem profunda dentro de mim de que nós somos responsáveis por isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Nós somos o primeiro da soja, o primeiro do algodão, o primeiro do boi, o primeiro do carneiro, em tudo nós somos os melhores, e o primeiro, eu venho alertando isso ao longo do tempo, isso vai trazer prejuízo a nós.

Na minha ótica isso é reflexo de ser o primeiro, de ser o melhor, de sermos o maior, começa a aparecer esse tipo de questão rapidamente.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Isso é uma verdade, eu gostaria ainda de implementar dizendo que eu participei na semana passada do Fórum do Secretário de Estado em Manaus, onde compareceram vinte e um Estados. Para se ter uma idéia, 60% das cargas produzidas no nosso País são transportadas através de rodovias, 97% dos passageiros também usam esse sistema rodoviário, que não é o mais recomendado, todos nós sabemos disso, mas é o que nós possuímos no momento. E é grave a situação do setor de transporte no País, principalmente nas rodovias federais que são os eixos estruturantes de todos os nossos Estados.

Então, você tem uma noção de que desde 1988, quando foi extinto aquele fundo rodoviário, que dava toda a sustentação na conservação dessa malha rodoviária, e quinze anos se passaram, nós estamos perdendo um dos patrimônios mais importante do País, que são as nossas estradas. É um ativo cujo valor não podemos imaginar.

E aqui eu volto para o nosso Estado de Mato Grosso, antes de entrar no PPA. Nós temos aqui no nosso Estado trinta e um mil, duzentos e poucos quilômetros de estradas, das quais quatro mil e novecentos são federais. Não é isso? Mais ou menos, quatro mil e novecentos. Desses quatro mil e novecentos, nós temos aí na ordem de dois mil e novecentos quilômetros asfaltados que são os eixos estruturantes, que são as BRs 163, 364, 070, 174, que os senhores têm conhecimento do estado que se encontram. E o mais grave ainda, Deputada Verinha Araújo, é que para esses dois mil e novecentos quilômetros, que são eixos estruturantes do nosso Estado, converge toda a produção do Estado. E as rodovias estaduais não pavimentadas que dão escoamento, Deputado Zeca D'Ávila, para esses eixos estruturantes, são na ordem de mais ou menos dezessete mil quilômetros de Estado. Agora Vossa Excelência imagina o sofrimento da classe produtora, para essas empresas, numa época agora de chuva, escoarem a sua produção.

O nosso Estado, como Vossa Excelência muito bem colocou aí, é o primeiro produtor de soja do País, é o primeiro produtor de algodão do País e a melhor qualidade de pluma também do mundo está aqui, está aqui no Estado, somos segundo em milho e arroz. O Governo do Estado já acenou para que dentro de dez anos a nossa produção, hoje, que é da ordem de dezoito milhões de toneladas de grãos que foram produzidos numa área em torno de 5,22 milhões de hectares... Nós temos um Estado hoje ainda com área agroabitada disponível na ordem de dez a dezessete milhões de hectares. Eu não tenho dúvida de que este Estado será um dos maiores produtores de grãos do mundo. A projeção do Governo é que dentro de aproximadamente dez anos nós produziremos na ordem de quarenta e cinco milhões de toneladas de grãos. O que representa isso para o Estado? Representa melhor qualidade de vida para o nosso povo, representa geração de emprego para o nosso povo. E aí, por que estou fazendo esse comentário? Para esclarecer aos senhores aqui presentes, aos Srs. Deputados, que a sociedade mato-grossense exige, como uma das prioridades do Governo, estrada, estrada, estrada! E é dentro desse princípio que nós norteamos o Governo do Estado, através do nosso ilustre Secretário Luiz Antônio Pagot, toda nossa programação para o ano de 2004/2007.

Mas eu gostaria aqui ainda, de fazer alguns outros comentários que eu acho de suma importância para que todos realmente tenham o conhecimento da importância do que hoje está sendo discutido em São Paulo. Razão maior de o Secretário Luiz Antônio Pagot não estar aqui

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

presente a esta audiência é porque ele está lá discutindo com a classe empresarial a formação do consórcio para a pavimentação da BR-163.

Gostaria aqui de esclarecer aos senhores, para que tenham uma idéia da importância da conclusão da pavimentação da BR-163, de Guarantã do Norte até o Porto de Santarém. Eu vou sintetizar aqui um exemplo para que os senhores possam ter noção da grandeza da pavimentação dessa BR-163.

Toda nossa produção de Sinop, de Sorriso, dessa região toda, hoje, está sendo colocada no Porto de Santos; do Porto de Santos, via terrestre, do Porto de Santos de navio para Roterdan, que é a entrada do mercado na Europa. Daqui até Roterdan, pelo Porto de Santos, o percurso é na ordem de 13.232 quilômetros. E se nós pavimentarmos a BR-163, esse produto nosso, pelo Porto de Santarém, vai chegar a Roterdan, percorrendo 8.340 quilômetros, com uma redução de 65% de distância. Isso significa o quê? Que o nosso produto terá realmente competitividade no mercado exterior. Aí ninguém vai segurar este Estado, eu não tenho a menor dúvida disso.

Eu gostaria de colocar que o programa para o Orçamento de 2004 é calçado num total de trezentos e dez milhões quinhentos e noventa e três mil oitocentos e dez reais.

Na Fonte 131, no FETHAB, está previsto uma receita na ordem de duzentos e cinqüenta e nove milhões de reais. No ano passado, dentro do Orçamento de 2003, os Srs. Deputados têm conhecimento, o orçamento previsto foi na ordem de cento e onze milhões de reais.

Estamos com duzentos e cinqüenta e nove milhões de reais. A Fonte 142, que é um fundo que nós temos do petróleo, dois milhões setecentos e setenta e quatro; a Fonte 124, que era problema de multa, oitocentos e oitenta e três; a Fonte 100, vinte e sete milhões oitocentos e oitenta e cinco para as partes administrativas; e investimento na ordem de cinco milhões de reais.

No programa para o próximo ano, do Governo do Estado, nós iremos continuar com o Programa Estradeiro, que é do conhecimento dos senhores. Em 2003, este programa foi um programa de sucesso. Além do Programa Estradeiro onde nós reestruturamos, restauramos as nossas rodovias não pavimentadas, também restauramos as rodovias pavimentadas, construção e reforma de pontes, aeroportos.

Também temos o Programa Pró-rodovias, que hoje está sendo o modelo em nível nacional...

O SR. ARNALDO ALVES - Boa-tarde, Deputado Carlão Nascimento, é um prazer revê-lo.

O Programa Pró-rodovia realmente tem sido um sucesso, tem sido um modelo para vários Estados brasileiros, onde eu tenho participado do Fórum de Secretários de Estados, que tem exigido muito esclarecimento do funcionamento do Programa Estradeiro. Ontem, inclusive, saiu no *Jornal Nacional* a inauguração do trecho Lucas do Rio Verde/Tapurah, mostrando que a parceria publico/privado veio e veio para ficar, eu não tenho dúvidas disso aí.

O nosso programa para o próximo ano, Deputada Verinha Araújo, nós vamos continuar com o Programa Estradeiro, com o Programa Meu Lar, depois o Dr. Joaquim Curvo da Secretaria Adjunto de Habitação vai falar sobre o programa. Temos também o Programa Pantanal, que é recurso federal, temos também o problema de aeroportos, com recursos do PROFAI e a meta do Governo realmente é voltada à pavimentação, nós vamos também continuar com programa de aquisição de máquinas, como foi feito este ano, um total de investimento como já coloquei para os senhores aí para 2004 na ordem de trezentos e dez milhões, quinhentos e noventa e três.

Este ano, só para fim de esclarecimento, nós restauramos mais de nove mil quilômetros de estradas não pavimentadas. Não é isso, Gonçalves? Mais de nove mil quilômetros, encascalhamos dois mil quatrocentos e trinta e dois quilômetros, restauramos mais de novecentos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

quilômetros de rodovia pavimentada e estamos com uma meta desafiadora, e vamos cumprir até o final de dezembro, de pavimentar os quinhentos e nove quilômetros de estrada que o Brasil inteiro, todos os vinte e sete Estados brasileiro, no ano de 2003, Deputado Zeca D'Ávila, não conseguiram pavimentar quatrocentos quilômetros de estrada. O Estado de Mato Grosso realmente está dando um exemplo de que a parceria quando é séria, quando tem determinação, acontece.

Eu quero aqui finalizar dizendo que o sucesso do Governo do Estado se fundamenta na concepção de que compartilhar tarefa é o que está fazendo diferença e tornando Mato Grosso um exemplo para o Brasil como vimos na semana passada. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Joaquim Curvo.

Antes, porém, queremos anunciar a presença da Sr<sup>a</sup> Ivanildes Ferreira dos Santos, representante do Deputado Federal Carlos Abical; do Deputado Carlão Nascimento; do Deputado Dilceu Dal Bosco; da Sr<sup>a</sup> Regiane Barchieli, Gestora Governamental da SEPLAN.

O SR. JOAQUIM CURVO - Boa-tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Carlão Nascimento, do Deputado Zeca D'Ávila, e todos os companheiros do Governo que representam as duas Secretarias de Estado.

Nós gostaríamos de dizer que outro dia nós já estivemos aqui, representando o Governo e fazendo comentários sobre o programa habitacional lançado pelo Governador Blairo Maggi que tomou a denominação de Programa Habitacional Meu Lar.

Nós estamos desenvolvendo esse programa desde o início do ano, mas com muitas dificuldades, porque não existia antes uma secretaria de habitação e obras na Secretaria Estadual de Transportes. Ela foi criada nesse Governo, e nós tivemos de estruturar, ainda, com os cargos da Secretaria, como um todo, para depois agrupar um determinado número de pessoa, que não chega a treze cargos, nessa Secretaria Adjunta.

Nós estamos administrando esse programa com esse número de pessoas e, também, fiscalizando todas as Prefeituras.

Então, esse programa foi criado mesmo com o não-crédito que davam - Deputado Dilceu Dal Bosco, é um prazer tê-lo aqui -, não acreditaram inicialmente e não puseram documentação na Secretaria para que nós pudéssemos fazer os convênio. E eu dizia isso no início, até que um dia o Governador esteve na Associação dos Municípios e deu uma prensa nos Prefeitos para eles trazerem a documentação para que nós pudéssemos iniciar os convênios com os municípios.

Então, o programa começou, realmente, a partir de junho, julho deste ano, e nós estamos desenvolvendo esse programa. A princípio era um programa que deveria ser chamado de FETHAB, mas ele foi sendo modificado e teve um novo nome, Programa Meu Lar, e aí tiveram outros subprogramas, e nós decidimos manter o Programa FETHAB, aquele que seria feito em parceria com os municípios.

Então, o programa foi modificado, no percurso, por exemplo, o de bolsa de materiais de construção, que é um outro subprograma, em virtude de que vários municípios tinham terrenos com casas dentro da sua área central que não possuíam a menor condição de habitabilidade. Eram casas de pau-a-pique, casas de costaneira de madeira, casa de taipa socada e casas, enfim, de palhas, na região leste. Eles solicitavam que fosse criado um programa - eles chamavam de *kit* -, que nós resolvemos denominar de Bolsa de Materiais de Construção.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

E aí decidimos, em função da mesma casa, que foi pré-estabelecida, estudada durante três meses, de 32m<sup>2</sup>, extrair dessas casas os materiais de construção, tendo esse programa um custo inicial de quatro mil reais, que estamos aplicando até hoje.

Esse programa, então, seria a substituição de casas nessas regiões centrais das cidades, onde já há pavimentação em algumas delas, já há água, luz, energia, isto é, toda infra-estrutura básica, mas não existe qualidade de vida. Algumas, inclusive, sem banheiro. Então, esse programa visa à substituição dessas casas, transformando-as em casas de alvenaria.

Surgiu daí, então, o Programa de Bolsa de Materiais de Construção. A princípio, muitos prefeitos disseram que não dava para construir, mas hoje tivemos a grata satisfação de saber que no Município de Porto Esperidião, o Prefeito conseguiu, inclusive com recursos do próprio município, azulejar o banheiro, colocar azulejo em cima da banca e colocar no tanque. O exigido pelo programa era uma cuba e ele conseguiu colocar cuba dupla e, também, azulejar a parte de fora. Esse programa ganhou corpo e também a motivação dos prefeitos para que fossem feitos muitos convênios nessa área.

No Programa FETHAB, também em parceria, com o problema das prefeituras, que inicialmente não dispunham de áreas para fazer essa construção, o Governo dá R\$7.500,00 por casa e R\$2.500,00 para infra-estrutura, que podem ser usados para eletrificação ou para água. E nós já conseguimos que a Rede CEMAT entre nessa parceria e coloque, mesmo que antes da universalização que irá acontecer somente no ano que vem, energia também, desde que solicitada e desde que seja num conjunto do Programa Meu Lar.

Então, essa parceria foi feita com muitos municípios. Está em andamento e já temos algumas casas que deverão ser entregues este anos, mais ou menos em torno de mil e quatrocentas casas, que poderão ser inauguradas pelo Governador no ano de 2003. E os demais conjuntos que estamos fazendo estenderam-se ao outro programa, que está em andamento, juntamente com o Governo Federal, que é o programa integrado, que teve emenda de três Deputados Federais. E com a parceria com o Governo Federal, que deveremos conseguir, nós construiremos nesse programa integrado mais quatro mil casas.

Esse programa integrado é bem complexo e traz, além da infra-estrutura e das casas, uma praça, onde terá o lazer, mas também terá a parte profissionalizante. Lá será feito um centro comunitário onde será colocado de um lado a parte de treinamento das pessoas do próprio bairro na parte de informática. Será feita uma parceria com os municípios, as câmaras e também a UNESCO já se mostrou interessada em participar, dentro desse programa, colocando computadores. Então, inicialmente, teremos cinco computadores que serão colocados nesse programa. Existe a criação de um outro lado desse centro, inclusive tem um projeto definido na Secretaria, que seria feito para colocação de profissionalização de corte e costura e outras atividades que a própria comunidade pode exercer, além do lazer naquela praça, e pode ter momentos de cursos de profissionalização.

Então, o que nós queremos nesse programa integrado é fazer toda estrutura básica. O Governo deve adquirir a área e construir vários módulos. Em cidades menores, módulos de cinqüenta casas e a praça também menor. Nos outros municípios, de cem a duzentas casas. Isso será feito com esse recurso e deveremos atingir aí mais quatro mil casas que não estavam previstas, inicialmente, no programa do Governo, mas se conseguimos esse recurso do Orçamento da União, nós estaremos integrando.

No PSH - Programa de Subsídio Habitacional, também da Caixa Econômica, inicialmente, fizemos um convênio com a Caixa Econômica para construção de cinco mil unidades. Infelizmente, terminamos o ano e estamos fechando somente cento e oitenta casas pelo PSH junto à

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

---

Caixa Econômica. Recursos não foram aportados e não pudemos agilizar esse programa. Mas já tem um outro programa da Caixa Econômica em substituição a esse, com um volume maior, só que vai ter que ser... É o Programa de Bolsa de Materiais da Caixa Econômica, no qual eles financiarão até sete mil e quinhentos reais. O Programa de Bolsa de Materiais é aprovado pela Caixa Econômica a essas pessoas e o Governo vai aportar também mais cinco mil e quinhentos reais, totalizando, então, treze mil reais para construção e modernização de várias casas nos municípios. Ele já começou. Talvez nesse ano consigamos fechar em torno de 700 casas para uns 06 ou 08 municípios, que serão desenvolvidas pela Caixa, que aprovará os nomes das pessoas que poderão adquirir. Então, o programa já aumentou.

Tem um outro programa que ainda não tem uma denominação, mas é em conjunto, Governo do Estado, Governo Federal e Caixa Econômica.

O PAR, que já engajamos desde o início do ano, já está construindo, mais ou menos, em torno de 1.000 casas em Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. Só aqui em Cuiabá são em torno de 532 casas, construídas com a Caixa Econômica - nesses programas integrados com a Caixa Econômica, PSH, PAR, Bolsa de Materiais e o Associativo. Aqui em Cuiabá também já estamos finalizando para que construamos mais 98 casas com a Prefeitura Municipal de Cuiabá, para funcionários da Prefeitura e funcionários do Governo do Estado. O Programa Associativo é um programa de maior valor aquisitivo e pode chegar até a 35 mil reais, o Governo do Estado entra com 11% de participação, fixados em convênio ou no máximo 3 mil reais, para que barateie o custo na aquisição de imóveis pelos mutuários da Caixa Econômica.

Então, no PAR já estamos construindo 735 mais 238, quer dizer, quase mil casas em Cuiabá, nessas três cidades. Deverão estar prontas agora no final do ano, em Várzea Grande, algumas que deverão ser entregues no próximo ano pelo PAR.

Além disso, a Secretaria fez parceria, continuou uma parceria com o INTERMAT para a construção de casas na área rural. Este ano o Jair Mariano já conseguiu produzir em torno de 2.500 casas. Então, na zona rural já foram construídas 2.500 casas, mais as 1.400 desses programas que deverão ficar prontas, do Programa Meu Lar, e quase 4.000 casas deverão ser entregues ainda este ano pelo Governo do Estado.

Além disso, firmamos mais seis mil e poucos convênios com 119 prefeituras para a construção de 6.350 casas já neste ano. Então, são casas que vão estar em andamento, que serão construídas.

Para este ano o Programa Habitacional também vai continuar a receber os 30% de recursos do FETHAB.

Mas, além disso, já estive em Brasília, junto com a Diretora da FUNASA, Sr<sup>a</sup> Kátia Ener, buscando recursos na área de saneamento. E eles disseram que inicialmente não teriam recursos para este ano, mas que para o próximo ano, se nós tivéssemos projetos na FUNASA, eles poderiam viabilizar recursos para cidades de até trinta mil habitantes.

Então, eu solicitei a Dr<sup>a</sup> Kátia que fizesse um convênio com a Secretaria de Estado, a FUNASA de Cuiabá e mais alguns técnicos que ela viesse a contratar, para que nos ajudasse a fazer esses projetos. Ela já mandou uma resposta positiva, dizendo que vai fazer um convênio com a Secretaria, para que produzamos mais de cento e trinta projetos para as menores cidades do Estado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Na área de saneamento?

O SR. JOAQUIM CURVO - Na área de saneamento.

Então, isso está sendo produzido, está sendo programado. Eu fiz questão de solicitar a inclusão no nosso orçamento da secretaria, para que nós possamos ter a oportunidade de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

ajudar as prefeituras, pelo menos nos projetos de financiamentos, e buscar recursos junto ao Governo Federal, para que nós possamos executar o programa de saneamento do Estado, que foi privatizado, mas que não foi dada a ferramenta, que seria a parte técnica, às prefeituras, devido à grande demanda, às grandes solicitações, que nós temos recebido do interior para esta área.

Para construção, ampliação e recuperação de algumas edificações do Estado, também, buscamos no orçamento deixar centralizado. É uma intenção do Governador centralizar todas as obras do Estado na Secretaria, e aí seria centralizado na Secretaria de Habitação e Obras Públicas.

Teremos orçamento para habitações rurais nesse ano. Já estamos fazendo convênios com INCRA para a construção de mais de três mil trezentos e trinta e quatro casas na área rural. O programa de construções vai continuar para a área rural, inclusive, complementações dessas funções, fazendo pequenas vilas e também, em algumas cidades, desenvolvendo um programa para cinquenta famílias, junto à área verde, em torno da cidade, para que essas pessoas sejam assentadas nesses locais, vindo a produzir também e tendo toda a infra-estrutura das cidades, como uma estrutura já existente.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Contempla também aquele projeto do INTERMAT Nossa Terra Nossa Gente, eu acho que é Vila Rural...

O SR. JOAQUIM CURVO - Nós estamos neste programa junto com o INTERMAT, da Vila Rural, e também no programa do INCRA. Nós deveremos entrar em contrapartida para fazer também a infra-estrutura básica desses assentamentos. Então, é mais uma parceria Governo Federal e Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes.

Continuando, além do Programa de Bolsa de Materiais de Construção, teremos o de Infra-estrutura Urbana, que está ainda por vir através de convênio. A Secretaria pretende fazer pequenos trechos de asfalto nas cidades do interior e por onde passam essas estradas rurais mais alguma coisa que nós estamos estudando, dependendo do valor que nós vamos dispor para aplicação. Mas é um plano de metas. É uma intenção do nosso Secretário e do Governador pavimentar um trecho em cada cidade do interior. Então, aquela ação não existe. O que foi um grande choque para alguns municípios, nós estarmos fazendo a pavimentação - e obrigando a fazer a pavimentação - nesses conjuntos habitacionais de cinquenta casas e no resto da cidade nenhuma infra-estrutura. Então, eles querem no caso permutar algumas vezes. Então, o Governo buscou esta solução e está determinado a fazer em vários municípios essa infra-estrutura urbana de pavimentação urbana. Hoje, não temos como dispor disso no FETHAB.

E as obras públicas, eu já falei. E da minha parte eu fico à disposição para qualquer outro esclarecimento.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu só queria que Vossa Excelência me respondesse porque não ficou muito claro. Para 2003, no ano que nós estamos concluindo, quantas casas foram construídas só com recurso do FETHAB? Quantas com o Bolsa de Materiais de Construção? Vossa Excelência tem esse dado? Quantas do PAR? Especificando, porque, na verdade, elas não se encontram. São programas diferenciados, mas são unidades distintas. Ou seja, Bolsa de Materiais de Construção não está no programa do FETHAB, ele não é utilizado no programa do FETHAB, assim como o PAR também, então, o que diferencia um programa do outro?

O SR. JOAQUIM CURVO - A bolsa entra são só os materiais da casa que deve ser construída ou em mutirão ou mão-de-obra da Prefeitura ou com mão-de-obra contratada para a construção dessas casas.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quantas foram liberadas? O senhor tem esses dados?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

O SR. JOAQUIM CURVO - Foram 1.615 bolsas até hoje.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Até hoje, 1.615?

O SR. JOAQUIM CURVO - Foram 1.615 bolsas de materiais de construção.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E do FETHAB?

O SR. JOAQUIM CURVO - Foram 3.627 bolsas.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É só o FETHAB? Não entrou nenhum recurso federal, nada? É só o FETHAB?

O SR. JOAQUIM CURVO - É só o recurso do FETHAB. E do PAR foram 735 mais 248, são 983. Não é isso?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - 735 mais 248?

O SR. JOAQUIM CURVO - É. São 983.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Isso. 983!

O SR. JOAQUIM CURVO - O recurso do PAR.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O FETHAB não entra no PAR?

O SR. JOAQUIM CURVO - Entra com 11% do recurso para a infra-estrutura.

O que estava acontecendo, Deputada, é que a Caixa Econômica estudava a viabilização desses conjuntos e ficavam inviáveis os valores. Então, o Governo entrou com uma parcela de até R\$3.000,00 por unidade habitacional, para que viabilizasse esse recurso e nós pudéssemos trazer recurso da Caixa Econômica para o Estado de Mato Grosso, que não deixasse voltar esse recurso. Por exemplo, a Caixa Econômica agora estava com 26 milhões para serem finalizados este final do ano e ela também tinha vários programas que estavam com uma margem acima. Então, o Governo está fazendo a infra-estrutura, vai fazer a infra-estrutura fora, pelo programa do Governo, mas para que 26 milhões fiquem aqui dentro do Estado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Tem mais outro programa de habitação, fora esses três?

O SR. JOAQUIM CURVO - Em andamento neste ano, só. Mas, no próximo ano, nós esperamos que o integrado seja fechado com o Governo Federal, que depende de vários ministérios, não é só um ministério, mas o Ministério da Cidade, o Ministério do Turismo e também o Ministério do Interior e vários outros ministérios, que deve vir através das emendas dos Deputados Federais.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O senhor citou o caso da zona rural, alguns programas da zona rural... O senhor citou também que estão sendo construídas unidades habitacionais...

O SR. JOAQUIM CURVO - Que estão sendo construídas com isso.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quais são?

O SR. JOAQUIM CURVO - Um que é feito com o INTERMAT, que eles já fizeram no ano passado, nós entramos com mais ou menos R\$500,00 por unidade para pagamento da mão-de-obra, para que o INTERMAT fizesse 2.500 casas no ano passado. E nós já fizemos esse pagamento, já fizemos também com o recurso do FETHAB.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas esses dados não estão aqui nessas unidades anteriores, no caso da zona rural?

O SR. JOAQUIM CURVO - Não. Não estão nem seis mil trezentos e cinqüenta. Eu não computei aqui porque é um programa que nós só apoiamos, no caso, o INTERMAT. Não está nessa minha conta aqui.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Alguém gostaria de fazer alguma pergunta ainda sobre a questão da habitação? Então, nós agradecemos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Com a palavra, o Sr. José Pagot.

O SR. JOSÉ PAGOT - Deputada Verinha Araújo, Presidente desta Audiência Pública, Deputados Carlão Nascimento, Dilceu Dal Bosco e Zeca D'Ávila.

Nós vislumbramos essa análise orçamentária, PPA e Orçamento 2004, como Secretário de Gestão da Secretaria de Transporte, cumprimos uma determinação governamental para acompanhar, dar atendimento a toda demanda dessas obras públicas, dessas obras rodoviárias, manutenção de rodovia, pavimentação, aeroportos... Dentro dessa gestão, temos um grande cuidado para cumprirmos as determinações com zelo e presteza. Os funcionários deste quadro da Secretaria de Transporte têm se desdobrado, é bom que se ressalte isso, tanto na parte da engenharia, principalmente na parte de fiscalização, para acompanhar com presteza, grandeza e transparência todas essas obras que se desenvolvem.

Buscamos para 2004, modernizar o órgão na área administrativa, de pessoal, informatizar adequadamente toda Secretaria, ampliar a capacitação técnica do pessoal para a agilização dos procedimentos administrativos e podermos assim cumprir com lealdade essas obrigações e responsabilidade. O nosso orçamento de gestão, custeio e investimento é pequeno, mas estamos respeitando e vamos acompanhar com determinação. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Convido o nobre Deputado Pedro Satélite para compor a Mesa.

Convido o nobre Deputado Carlão Nascimento que assuma direção dos trabalhos para que eu possa fazer uso da tribuna para fazer a apresentação do nosso trabalho.

(O SR. CARLÃO NASCIMENTO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 15:48 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas!

Para nós é um prazer muito grande recebermos os servidores da Secretaria de Transporte e da Secretaria de Saúde, para fazer esse debate. Na verdade, este ano nós já questionamos anteriormente, até na vinda do Secretário de Saúde, sobre execução orçamentária causada em função da troca sucessiva de secretários na Secretaria. Isso, com certeza, atingiu a gestão.

Analisando o Orçamento do Estado, e aqui é interessante que nós pegamos duas Secretarias casualmente bastante diversas, uma vai para a infra-estrutura e a outra para atender a parte social da população, atendimento básico, sua sobrevivência... Então, é até interessante porque eu analisei o Orçamento e uma das questões que nós temos levantado é que o Orçamento do transporte, por ser hoje essa avaliação que nós fazemos, na verdade, é o eixo estruturante do Governo Blairo Maggi. É o setor de transporte e habitação, tanto é que depois nós vamos analisar e ver que a Secretaria vai ocupar praticamente 20% de todo o PPA dos próximos quatro anos. A Secretaria vai trabalhar com esse recurso. Apesar de esses dois programas, o Estradeiro e o Meu Lar, serem hoje o eixo estruturante do Governo Blairo Maggi, nós não podemos deixar de despreocupar da atenção básica da população que é saúde, educação, segurança, cultura e lazer. Então, não tem como deixar de fazer essa avaliação.

Agora, é importante que o próprio Governo discuta uma integração, porque eu participei, no sábado, do lançamento da primeira rodovia feita em parceria, numa região que, inclusive, se originou por assentamentos, pequenos assentamentos, e hoje é uma região onde aqueles que tinham mais condições foram comprando lotes de outros assentados, e acabou que teve a possibilidade de se fazer uma parceria com os produtores rurais ali.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Mas até que ponto essa estrada que foi feita em parceria vai realmente atender ao pequeno? Essa é uma preocupação que nós temos que ter. Nós temos que ter uma preocupação de não fazer as estradas apenas naqueles setores da economia, onde a população já tem um nível de qualidade de vida melhor.

Então, a preocupação nossa é de buscar levar as estradas também para os assentamentos, para onde a população está produzindo, para onde há agricultura familiar. Por isso que, depois, eu vou falar um pouco aqui das ações, dos programas e dos valores, para ver até que ponto nós vamos conseguir contemplar isso nos próximos quatro anos, para que consigamos de fato socializar esse dinheiro do transporte para as regiões que hoje têm problemas de desigualdades regionais.

Hoje, mesmo, o Presidente da Assembléia Legislativa falava de um livro ao Governador em visita aqui, um livro que foi produzido pela Assembléia Legislativa que trata das desigualdades regionais do Estado.

Na próxima terça-feira, Dr. Gilson, nós vamos discutir aqui a SUDECO, a possibilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Então, essa discussão que o senhor trouxe sobre uma fala do Ministro Ciro Gomes é o momento de nós discutirmos isso, na próxima terça-feira, o dia todo, lá no Centro de Eventos do Pantanal.

Então, analisando, o orçamento do transporte ampliou 74% em relação a 2003, em termos de valores absolutos, sendo que desses 74% em relação a pessoal a ampliação é de apenas 3%. Ou seja, a idéia é manter a mesma estrutura hoje da Secretaria. Em termos de pessoal isso não se ampliaria, mesmo com essas ações programadas. Os investimentos ampliam 100%, o que significa que o dinheiro do FETHAB vai para o investimento, enquanto que na saúde nós percebemos que a ampliação se dá de uma forma menor.

A saúde ampliou 30% em relação a 2003, enquanto que para pessoal, pelo menos aqui no papel, já contempla um pouco mais. Em termos de pessoal, a ampliação foi de trinta e um por cento.

Então, até que ponto, Jackson, essa ampliação vai significar recomposição de salários, ou novas contratações, ou chamada dos novos concursados? É uma pergunta que eu já quero que você me responda posteriormente, porque em termos de Orçamento a ampliação de pessoal é de trinta por cento. Ela segue a mesma lógica do crescimento do Orçamento da Secretaria de Saúde, que é algo, inclusive, diferenciado em relação a outras Secretarias. Eu citei, anteriormente, a Secretaria de Transportes que enquanto que o Orçamento amplia para 74%, a despesa com pessoal é de 3%. Então, praticamente, eu não sei até que ponto terá recomposição salarial na Secretaria de Transportes.

Na Saúde, eu pergunto: Esses 30% são recomposições salariais ou é chamada de novos concursados? É ampliação do quadro? Como que é?

Depois você me responde, Jackson. É bom ir anotando.

No investimento, que é mínimo, é 1% de ampliação em termos de recursos no Orçamento para investimento na saúde. Isso para 2004 que eu estou falando. Eu estou falando do Orçamento.

Então, eu pergunto: Como nós vamos cumprir todas aquelas ações?

Eu queria que fosse adiante um pouco, onde constam as ações e os valores.

Vamos pegar lá: Nós estamos com várias ações. Quando está em negrito é porque não aparece com a mesma ação em 2004. Ele só tinha previsão em 2003, mas para 2004 ele não aparece. O único que permanece daqueles é saúde da família, que amplia 11%.

Vamos adiante. Vamos ver os que aparecem no Orçamento de 2004.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Todos esses não aparecem mais. São ações específicas do Orçamento de 2003, que não estão contempladas no Orçamento de 2004.

O quadro anterior. Esse. Justamente.

Vamos pegar onde fala em investimentos.

Então, nós analisamos aqui: Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa, que é, no orçamento todo, onde, inclusive, tem a maior ampliação de recursos, que é na ordem de 82% em termos absolutos.

Aqui, no caso é a Unidade Saúde, o Fundo Estadual de Saúde que analisamos praticamente recursos humanos. Então, em termos proporcionais, há uma queda em termos de informação de recursos humanos, assistência hospitalar e ambulatoria e de direitos difusos. Mas há um aumento de 90% de suporte profilático, terapêutico e 202% em atenção básica.

Então, no caso aí que o Dr. Antonio estava citando é que há um aumento considerável de recursos na atenção básica.

Aqui, é a parte de gestão, onde analisamos uma ampliação razoável em torno de 99% para a gestão, uma queda de 99%...

Vamos adiante que eu quero pegar as parte da construção de hospitais.

No grupo de despesas, foi onde citei a questão da redução dos investimentos.

Eu gostaria que depois o Jackson explicasse por que houve essa queda de convênios com recursos do Ministério da Saúde, pelo menos no Orçamento.

Aqui, é o Fundo Estadual que cresce 27% em números absolutos contra 25% do orçamento, apesar do aumento de sessenta milhões do ano de 2004. Quando se observa os números proporcionais, o orçamento do Fundo cai 1,79% dentro dos recursos da saúde e cresce 1,85% no orçamento de Mato Grosso, sendo que os investimentos caem 19% em números proporcionais, e em valores absolutos crescem menos que trezentos mil.

Eu vou abandonar esse quadro aí. Eu quero voltar aqui na questão da análise que fizemos do investimento, Jackson, porque quando eu analisei as ações específicas do Fundo Estadual de Saúde eu vi algumas ações que vocês pensaram como, por exemplo, ampliação de casas de apoio. Então, isso significa investimento. Pelo menos aqui no papel aparece o dinheiro. Quando vocês tratam, por exemplo, da implementação das Centrais Regionais de Regulação, a estruturação da vigilância ambiental das microrregiões do Estado, a implantação dos serviços substitutivos em saúde mental, a ampliação e reestruturação dos consórcios intermunicipais de saúde, serviços hospitalares de referência para atendimento de urgência e emergência...

Nós visitamos agora nesta semana o Hospital Regional de Colíder e Sorriso, por exemplo, e uma coisa que nos chamou a atenção nos leitos de UTIs é que me parece que tem 5 milhões 819, só que o mesmo valor que está previsto para Colíder está previsto para Sorriso, 1 milhão, 454, só que as necessidades são distintas. Vejam que Colíder tem uma necessidade de leitos de UTI que não é a mesma de Sorriso. Então, até que ponto poderíamos alocar nesses valores recursos para atender uma demanda de leitos de UTIs aqui no Hospital Regional de Sorriso, que tem uma capacidade infra-estrutural muito maior para receber o leito que o caso de Colíder, que precisa, necessita, mas que não vejo como resolver uma demanda maior de Sorriso só com 1 milhão 454, que é o mesmo valor de Colíder. Isso é investimento também.

Uma outra pergunta que eu queria fazer é sobre o Hospital Regional de Cuiabá, que foi a primeira citação do Orçamento. Quando entrou aqui a discussão, que é uma demanda que foi criada aqui no fórum da Baixada Cuiabana... O que a Secretaria de Saúde pensa com relação a esse hospital, se vai retomar sua obra, como é que vai ser? Hospital Central, eu falo regional porque seria o nosso Hospital Regional.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Uma pergunta à Secretaria de Transporte sobre... Não vi no orçamento uma questão que nós constatamos lá em Barão de Melgaço neste ano, que é o Memorial Rondon, e no orçamento da cultura aparece com mil e quinhentos reais, mas, no PPA, hoje, inclusive o Dr. Benedito Pinto me mostrou, me parece dois milhões, dois milhões e quinhentos, se está contemplado como ação do transportes, já que a parceria da Secretaria Estadual de Transportes seria na construção da estrada até Mimoso. E a conclusão do Memorial? O que os senhores têm a nos dizer sobre isso? São essas as questões.

Deputado Carlão Nascimento, Vossa Excelência, tem alguma questão a fazer?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Ainda não.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Então, nós vamos esperar a Mesa responder.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Convido a Deputada Verinha Araújo para reassumir a Presidência.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:05 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Jackson Oliveira.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Deputada, a primeira questão seria o aumento no orçamento para a questão de RH. Com certeza, foi um aumento, não na questão salarial, mas um aumento de pessoal justifica-se pela necessidade de contratação de profissionais. Nós estávamos com um déficit nos hospitais regionais. Com o aumento da demanda, com as especialidades que foram criadas e com os equipamentos que foram adquiridos através de convênios, houve necessidade de contratação para operar esses equipamentos e atender a demanda. Então, será contratada uma equipe, com mais servidores. Com isso, há um aumento no orçamento com relação a pessoal.

E também, Deputada, justifica-se com o projeto de interiorização. Nós sabemos hoje que nós temos um problema sério na questão de pessoal, com contratação de médicos. Nós temos esses problemas em todos os hospitais regionais.

Então, com isso está sendo criado um programa de interiorização, em que o profissional irá ganhar um pouco mais, dependendo da situação ou do município onde ele prestar o concurso, e também há a questão da produtividade. Então, o aumento se dá nessa situação.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É justamente sobre o que eu queria fazer a pergunta. Chegou aqui um projeto para a criação de mais oitenta cargos de médicos reguladores. Nós votamos agora recentemente quarenta e quatro ou quarenta e nove, não me lembro. Chegou outro agora, mais quarenta ou mais oitenta. Eu pergunto: esses médicos reguladores serão os atuais médicos que estão nos hospitais regionais que receberam cargos de DAS. No caso, é proposta do Governo não realizar o concurso público? E onde ficarão esses médicos?

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Deputada, esse projeto veio aqui para a Assembléia Legislativa para votação, mas não significa que será utilizada dessa forma. São várias alternativas que o Estado está criando para que possa se resolver o problema. Hoje nós não temos uma solução, ou seja, nós pegamos uma situação que não tem solução.

Então, nós estamos querendo criar uma solução e com isso nós estamos gerando alternativas. Essa foi uma das alternativas. E a outra alternativa também é o concurso público.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu queria que Vossa Excelência me respondesse.

Nós já votamos aqui quarenta, eu queria só confirmar se eram quarenta e quatro ou quarenta e nove cargos.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Quarenta e nove.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quarenta e nove. E chegou um outro projeto com mais quarenta ou mais oitenta, onde esses médicos serão designados?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Esses médicos serão para o interior do Estado. Em cada pólo dos quatorze existentes, nós deveremos ter, no mínimo, dois médicos reguladores e dois médicos supervisores. Esses médicos têm um salário diferenciado. Eles vão ser escolhidos pela equipe da regulação do Estado. Esses médicos não poderão ter emprego ou atividades médicas desenvolvidas em determinados hospitais. Esse é o problema da regulação e da supervisão. Você não pode colocar um lobo dentro do galinheiro para ele ficar vendo... Esse médico não pode ter vínculo empregatício ...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ele não pode ter vínculo público.... Vamos supor, um médico lá do Hospital de Sorriso... Então, não pode ser um médico do Hospital de Sorriso.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Ele deve ser do Município de Sorriso ou Município da...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Da região. Mas não pode ser médico lá de dentro do hospital.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Ele não pode controlar ele mesmo, é isso que nós queremos colocar. Ele não pode supervisionar um hospital dele mesmo. Ele trabalha dentro do hospital e vai fazer a supervisão do hospital. Ele trabalha naquele local e ele vai fazer isso. Ele manda para ele mesmo, como é comum aqui no Pronto-Socorro, como Vossa Excelência sabe. Às vezes o médico chega aqui no Pronto-Socorro e encaminha para o hospital, e ele mesmo vai atender nesse hospital. Então, esses médicos reguladores e supervisores não poderão ter essa função dentro do serviço público para serem isentos de qualquer...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ele pode ser do serviço público, ela não pode ser do hospital.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Desse hospital exatamente.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Desse hospital que ele vai regular ou supervisionar. Então, essa previsão de ampliação do orçamento para pessoal significa novas contratações, mas não significa recomposição salarial. É isso?

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Isso.

Tem outra pergunta, Deputada, que a senhora fez a respeito do aumento da Fundação Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa no orçamento. Esse aumento também se dá pela contratação de novos servidores e também pela construção dos centros de reabilitação, que está no PPA 2004 (PAUSA).

O SR. AFRÂNIO ARAÚJO - Para a adequação tecnológica de hospital regional, manter a atualização de *software* e *hardware*, são quase quatro milhões. Existe essa dotação para o hospital regional da região de Cuiabá e é mais específico ainda: manter a atualização de *software* e *hardware*. O que é isso?

O SR. JACKSON OLIVEIRA - São instalações de *software*, é a modernização do sistema gerencial dos hospitais. Quanto à questão do Hospital Central, é uma decisão que vai partir do Governador. Nós temos pretensão talvez de concluir essa obra. É algo que ainda está em estudo, mas é algo que podemos adiantar que possivelmente será feito se tiver a determinação do Governador.

O SR. AFRÂNIO ARAÚJO - As regionalizações para Cuiabá, a compreensão que se tem é que não é para Cuiabá. Na verdade, é para o Estado todo. Por isso, que fica dúvidas. Tem várias...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

No transporte tem, está lá Cuiabá, mas quando olha, às vezes, o nome não pega, mas quando olha o objetivo, às vezes, no objetivo também não dá para ler, mas quando se lê a meta, vê que na verdade é um serviço localizado em Cuiabá, às vezes na sede da Secretaria, mas para todo o Estado.

Então, para efeito de regionalização esse número não conta.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só vou complementar aqui a pergunta. É o seguinte, Sr. Jackson, no orçamento de 2004, no Fundo Estadual de Saúde, nós temos algumas ações que citam Cuiabá. A ampliação de casas já foi... Nós temos lá, 145 mil, assim como tem 145 mil para Alta Floresta, para Barra do Garças, para Sorriso...

Uma outra ação, por exemplo, que aparece Cuiabá, deixa eu localizar...  
(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós estamos discutindo duas coisas: uma coisa é o PPA, outra, é o Orçamento. Eu estou falando do Orçamento 2004, do Fundo Estadual de Saúde. Até tenho ele aqui na minha mão...

O Sr. Afrânio Araújo (DA PLATÉIA) - Quatro milhões para *software* e *hardware*.  
(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. ARNALDO ALVES - Eu acho que como não veio da Secretaria Estadual de Saúde fica difícil.

Na realidade, o orçamento que vem encaminhado pela SEPLAN, no orçamento do Governo, nós vamos verificar se houve algum deslize, alguma falha nesse processo, nós vamos verificar. Mas o orçamento que vem não é nem orçamento da SEPLAN, nem da Saúde, é orçamento do Governo, encaminhado pelo Governo. Se houver alguma falha nós temos que corrigir, só vamos verificar isso aí.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Volta lá, só para eles citarem a fonte, para depois vocês verificarem

Enquanto isso, eu queria que você respondesse uma pergunta, Jackson, sobre deslocamento de recurso no mesmo programa, eu citei o caso de UTIs. No caso, nós temos cinco milhões e pouco para UTI, para serem divididos em quatro regiões. Aí eu pergunto a vocês se as regiões são distintas, se a comissão poderia emendar depois para diminuir e ampliar em outra região que a atenção é maior.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - A senhora poderia pedir para o Dr. Guto responder essa pergunta técnica.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Deixa eu só localizar, Dr. Guto. Ela está no 17.13...

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Antes de o Dr. Guto responder, Deputada, as reivindicações, as solicitações, as sugestões que forem dadas aqui, com certeza, nós levaremos e discutiremos, se houver a possibilidade, com o Conselho de Saúde que aprovou esse PPA, com certeza, nós poderemos atender.

Guto, por gentileza, faça a explanação.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A pergunta é a seguinte...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Eu entendi...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A previsão é de cinco oitocentos e dezenove. Vocês dividiram isso em quatro regiões...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Médio-norte, Baixo Araguaia, Baixada Cuiabana e...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Colíder, Cuiabá, Tangará e Sorriso. Como lá na visita nós constatamos que as duas regiões têm necessidade, tanto Colíder como Sorriso, eu pergunto se esse é o teto, cinco e oitocentos, e se puder ampliar, é melhor, porque aí amplia-se para Sorriso. Se não puder, se o teto é esse, aí nós teríamos que mexer para resolver o problema de Colíder, porque precisa de leito de UTI também, mas a necessidade maior, com mais estrutura, é em Sorriso. Como é que vêm isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Foram colocadas essas quatro microrregiões, porque no momento só dispomos de pessoal capacitado para otimizar as UTIs dessas quatro microrregiões. Isso não implica que nós não possamos colocar em outras regiões. Podemos fazer um desmembramento disso e colocar em outras regiões.

Veja só lá em Colíder. Vossa Excelência sabe, assim como o Afrânio sabe e outras pessoas aqui sabem que para colocar uma UTI num local desse, nós precisamos de um médico intensivista com capacitação para tal. Isso é formação de recurso humano. Esse recurso humano tem que ser formado através da Escola de Saúde do Estado, mas também através das universidades aqui. Nem sempre um profissional vai para lá por menos de dezesseis mil reais líquido. Ele não vai para lá. E aí nós ficamos...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dr. Antônio, veja bem, essa é uma discussão que depois nós vamos fazer. Veja bem, vocês colocaram no orçamento o dinheiro, leito é necessário, está prometido. Vai ter que acontecer...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - É por isso que nessas quatro microrregiões...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Esse é um problema, o outro é formação de recursos humanos, porque não é só formação para a função lá, mas também em termos de pagamento que nós constatamos também que os médicos estão reclamando problemas de recursos, pagamento hoje não responde a demanda. Então, vocês terão que trabalhar com as duas questões. Agora, aqui nós vamos brigar pelo que está escrito aqui no Orçamento acontecer, vamos, tem que acontecer os leitos de UTI lá, está prometido.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Eu concordo plenamente...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com dinheiro...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Com a nobre Deputada que realmente... (RISOS)

Nessas quatro microrregiões nós dispomos, nós sabemos, através do Conselho Regional, que nós dispomos de profissionais para isso. Mas, por exemplo, nós vamos colocar em Colíder sim. Realmente necessita, assim como em Alta Floresta, em toda aquela região, e também na região do lado ali de Rondolândia, por exemplo, que não tem nenhum PSF lá. Em Rondolândia é preocupante para a Secretaria, principalmente na saúde básica, saber que lá não tem um PSF, e o Estado vai investir muito lá, naquela região, porque não é possível não ter nenhum PSF numa região daquela.

Nós estamos fazendo convênios com os municípios, consórcios, para trazer essas pessoas para Mato Grosso e colocar lá. Nós vamos implementar agora, neste sábado, UTIs lá em Barra do Bugres. Nós vamos já colocar cinco leitos em Barra do Bugres, são três UTIs neonatais e duas UTIs adultas. Nós vamos implementar em Tangará da Serra, lá no Hospital das Clínicas de Tangará da Serra, e em Juína.

Só para ver um disparate que acontece, só para a senhora e os Deputados verem isso, eu vou só citar um caso que acontece, hoje, em Mato Grosso. Em Juína tem um tomógrafo computadorizado. Então, a pessoa chega, sofre um traumatismo, vai para o hospital - um hospital

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

---

que não é público, ele é particular -, e faz uma tomografia. Esse exame é colocado ou num avião, ou num carro e vai para Sinop para dar o laudo, mas o paciente está lá em Juína. E, depois, vem o laudo, dizendo que ele quebrou a cabeça em tal lugar, ou está com edema em tal lugar aí... Isso são coisas que acontecem, infelizmente, em nosso Estado. E nós temos que evitar que esse tipo de problema aconteça.

Agora, nós vamos lá e vamos tirar o tomógrafo da cidade, que é inclusive particular? Então, nós devemos implementar, realmente, o RH. São poucas essas quatro microrregiões, mas nós queremos ampliar e temos certeza de que até o final do Governo nós deveremos ampliar por mais regiões.

Era só isso o que eu queria falar.

A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - José Carlos Pagot, uma pergunta sobre o transporte...

O SR. JOSÉ CARLOS PAGOT - Dr. Gilson, não, o Dr. Joaquim Curvo vai responder essa questão.

O SR. JOAQUIM CURVO - A pergunta é sobre o Memorial Rondon.

O Secretário Pagot é um grande entusiasta desse projeto do Memorial. Ele já determinou que a Secretaria faça o plano diretor de Mimoso, que não só termine o Memorial, mas que faça também o plano diretor de mais ou menos 4km da Vila de Mimoso, direcionando e fazendo toda parte de estruturação, de pintura, de melhoria das casas, do colégio. O aeroporto de Mimoso também será estudado, planejado, para ser feito um galpão para receber aviões de pequeno porte, como o bimotor e outras aeronaves.

Então, isso está sendo estudado. Este ano eu não consegui contratar uma firma, mas já tem a determinação e, também, o orçamento para no ano que vem executarmos a contratação para definição. O Exército Brasileiro foi convidado, o 9º BEC, para que nos dê apoio na questão dos levantamentos necessários para ser feito esse plano diretor.

Então, nós já temos esse apoio dado pelo Comandante do 9º BEC, Coronel Mendonça. Tão logo seja dado início, nós deveremos formular proposta. Formulada a proposta, dentro do Orçamento da Secretaria de Cultura ou da própria Secretaria de Estado, porque temos recursos para algumas construções, nós poderemos fazer parte desse Memorial. Eu não sei se começaremos pelo prédio, Casa da Festa, também, é uma das possibilidades de se fazer. Eu dei esse enfoque para que não fique em um lugar distante daquele Memorial, que é bonito. Então, ficaria dentro do próprio Memorial.

Então, isso já está sendo visto, equacionado. Deveremos, no próximo ano, pela vontade do Secretário e por determinação do Governador, fazer esse Memorial ou, pelo menos, concluir a parte inicial.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas ele não está no Orçamento? Ele não aparece no Orçamento?

O SR. JOAQUIM CURVO - Há uma rubrica, que pode ser depois deslocada no Orçamento, pode ser remanejada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu fiz essa pergunta porque nós estivemos em Barão de Melgaço esse ano até com o Secretário Luiz Pagot, e ele falou muito da retomada, o projeto parece que é do Portocarrero. O Portocarrero, inclusive, já nos telefonou, no início do ano, preocupado. Aí, eu lembro que o Secretário Luiz Antonio Pagot se comprometeu... E aí eu fiquei preocupada, porque quando peguei o Orçamento só tinha mil e quinhentos reais. Por isso fiz a pergunta. Então, quer dizer, abriu a rubrica, mas há um compromisso de... E a estrada, como é que fica?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Eu gostaria que falasse quando que começa a pavimentação da estrada até Mimoso, passando por Barão de Melgaço.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu gostaria de fazer uma complementação à preocupação de Vossa Excelência, ao nos alertar a respeito da integração regional, principalmente nos modais rodoviários onde estão sendo feita a pavimentação.

Eu diria aqui aos senhores que no momento que o Governo do Estado parte para um programa arrojado como foi o Programa Estradeiro, um programa como a PRO-RODOVIAS, no meu modo de entender, como engenheiro, eu acho que o Governo, nada mais, nada menos, está praticando a medicina preventiva. Por quê? No momento que realmente estamos pavimentando uma rodovia, estamos dando segurança a todos aqueles que trafegam. E olha que é uma contingência de pessoas que se movimentam nas estradas pavimentadas, sinalizadas, e isso gera segurança para todos nós. Essa é uma tranquilidade, é uma preocupação muito grande.

No orçamento, os recursos do FETHAB, específicos de acordo com a legislação, têm uma destinação específica para esse fim. Eu diria aqui aos senhores que neste orçamento, apesar de estar orçado para o próximo ano, o valor ainda é insignificante diante da demanda que o Estado tem.

Hoje, como bem coloquei aqui, o Governo do Estado, objetivando a geração de emprego... O Estado de Mato Grosso foi o que mais cresceu, em âmbito nacional, economicamente, e não tenho dúvida de que esteja passando despercebido, Deputada, não só o Governo do Estado, como todos os seus auxiliares. Essa parte de pavimentação vai gerar realmente desenvolvimento, melhoria de vida para todo aquele povo que vai se instalar ao eixo dessa rodovia. Eu queria fazer essa colocação para Vossa Excelência.

Agora, quanto à pavimentação da MT-040, lá de Santo Antônio do Leverger até Mimoso, o projeto já está sendo contratado para a execução dessa obra. Mas eu diria que o Governo do Estado, através da Secretaria... Eu já recebi vários moradores daquela região parabenizando pelos serviços que estão sendo executados, porque eles jamais imaginaram que fôssemos executar o que estamos executando lá.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dr. Gilson, eu inclusive já disse ao Pagot também que as pessoas estão gostando muito da obra, inclusive da estrutura da obra, porque está praticamente refazendo toda a estrada.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Agora, Deputada, eu gostaria de deixar bem claro para os senhores aqui - inclusive o Carlão aqui foi Secretário de Estado de Infra-Estrutura, conhece também muito bem, como todos nós que militamos nessa área conhecemos - que nós sabemos que a restauração em rodovia não pavimentada é um paliativo. No momento que você faz o patrolamento, o Deputado aqui conhece muito bem, tem sofrido muito na sua região, faz hoje o patrolamento, amanhã bate uma chuva, no dia seguinte outra chuva e já vira uma... É realmente uma situação desagradável. Então, a solução realmente é a pavimentação e isso o Governo... O programa do Governo para o próximo ano, inclusive nós vamos mandar, Deputado, sua solicitação. Acredito que até a outra semana nós terminaremos de formatar e vamos responder, mas o programa do Governo para o próximo ano está para fortalecer os municípios em termos de sua estrutura para que ele possa dar manutenção porque ele é a ponta, é ali que os problemas são sofridos, e tem que ser imediatamente. Então, a aquisição desses equipamentos, desses kits vai fortalecer os municípios e ao mesmo tempo vai dar atendimento imediato a essa rodovia e nós vamos nos preocupar com a pavimentação, que é uma das metas prioritárias.

Respondendo sua pergunta, não é só o programa da MT-040 que nós vamos asfaltar. O programa do Governo do Estado, através da Secretaria, é fortalecer. E ontem eu participei

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

aqui e a senhora questionou isso com muita veemência e com toda razão, no que concerne à área de turismo. A senhora fez a colocação de que houve aumento da estrutura organizacional da Secretaria de Turismo, mas não tinha recurso realmente para investimento na área de turismo.

O Governo do Estado está preocupado com isso. Dentro do nosso programa, no próximo ano, está programada também a contratação do projeto de asfaltamento de Chapada dos Guimarães até o Mirante. Temos também outro projeto que vamos contratar, fazendo uma parceria com o SESC Pantanal, aquela belíssima rede hoteleira que tem lá, e estamos com quarenta e poucos quilômetros lá que realmente são sacrificantes. Eu tenho certeza absoluta de que em 2004 e 2005 vamos ter o prazer de sair de Cuiabá para ir ao SESC Pantanal com a rodovia pavimentada, rodovia essa que vamos fazer em parceria com o SESC, uma proposta de 50%, 50%, e vamos viabilizar isso aí.

Eu não sei se respondi a todas as perguntas da senhora, mas estou aqui à disposição.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, quando que começa de fato o asfalto de Santo Antônio a Barão de Melgaço.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Dr. Brito, qual é o tempo, para execução do projeto?

O SR. BRITO (DA PLATÉIA) - No começo de abril.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E Guia a Acorizal?

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Guia a Acorizal, temos um projeto também, que é para o início de abril, mesmo porque, agora, é o período das chuvas, nós estamos licitando os projetos...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E que venha para a Baixada Cuiabana também, Dr. Gilson.

Eu fico brigando aqui com o Deputado Dilceu Dal Bosco por isso.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Boa-tarde a todos.

Dr. Gilson, eu vou fazer uma pergunta bem objetiva. Há a possibilidade de haver um remanejamento nesses recursos do FETHAB, por exemplo, tirar de uma região e passar para outra?

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim.

O SR. PEDRO SATÉLITE - É só isso que eu gostaria de saber, porque senão nós teríamos que encher de emendas lá para o norte, porque a Baixada Cuiabana que ficar com tudo. Muito obrigado. Era só essa a pergunta.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós estamos satisfeita com a resposta. Não sei se tem algum Deputado que queira fazer alguma pergunta. Está aberta para o plenário perguntar.

Nós estamos com dois assuntos aqui: saúde e transportes.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Já que ninguém fez uma pergunta, só para ilustrar e para o conhecimentos dos senhores, nós temos um programa que está dentro do nosso orçamento geral para o próximo ano, que é a instalação de balanças, para que nós possamos diminuir o excesso de carga, que está prematuramente destruindo a nossa pavimentação.

O secretário, inclusive, encaminhou um expediente agora, convocando todos aqueles que utilizam desse transportes, para que nós possamos ter uma reunião. No dia 10, Rodrigo? (PAUSA.)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

É dia 10, que vai ter uma reunião na Secretaria de Transportes, com todas aquelas empresas que participam desse tipo de transportes. Na primeira fase, o secretário quer sensibilizar no sentido de autorização do transportes dentro do nosso Estado na estrada de pavimentação, eu acho que é uma primeira ação, vale a pena. O Governo está fazendo a parte dele, nós também estamos fazendo a nossa parte. Eu acho que não custa nada colocar isso com muita veemência, o mal que eles estão fazendo em aumentar a sua carga em 20%. Para se ter uma idéia, tivemos caminhões que houve um excesso de peso de quantos, Hilton?

O Sr. Hilton (FORA DO MICROFONE) - 380.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - É um absurdo.

Para você ter uma idéia, 20% no aumento da carga, isso aí, prematuramente reduz a vida útil da nossa pavimentação em 80%. Então, é uma outra linha que nós vamos ter que atuar, isso consta dentro do nosso orçamento. O Governo Federal também vai instalar mais seis balanças. Eu acredito que nós vamos fechar com doze balanças instaladas, inclusive essas balanças são instaladas em pontos estratégicos, de preferência, onde tenha infra-estrutura, inclusive da Secretaria de Fazenda. Já discutimos isso com o Secretário de Fazenda.

Amanhã, nós temos uma reunião com o Sr. Sachetti, Presidente do DETRAN, também já tratando desse assunto para que nós possamos fazer com que haja uma conscientização de calcário, de soja, de combustível, para que realmente transitem dentro de nossas rodovias, mas com o peso permitido de acordo com a legislação em vigor.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Daqui a pouco começa a nossa Sessão. Nós vamos ter uma Sessão hoje porque teremos uma Sessão Especial às 20:00 horas, para entrega do Prêmio Sávio Brandão. Então, nós vamos ter que cumprir horário.

Tem uma pergunta ainda que depois eu gostaria que fosse respondida, que é sobre o Pronto-Socorro de Cuiabá, o que tem de recurso para uma parceria com o Pronto-Socorro de Cuiabá, enquanto não sai o nosso hospital central?

Enquanto isso, eu vou passar para o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputada Verinha Araújo, que preside esta Sessão, Deputado Pedro Satélite, Deputado Dilceu Dal Bosco, Dr. Gilson, Secretário Adjunto, que, neste ato, representa o Dr. Luiz Antônio Pagot, que é Secretário de Transportes, e com quem temos uma história de trabalho junto e conhecemos a competência e a maneira como ele trata a coisa pública, Dr. José Carlos Pagot, Secretário Adjunto de Gestão, Dr. Jackson Fernando Oliveira, Secretário Adjunto de Gestão, neste ato representando o Secretário de Saúde, Marcos Machado, o Sr. Arnaldo Alves de Souza, Secretário Adjunto de Planejamento, neste ato representando o Secretário Yênes Magalhães:

Eu gostaria de cumprimentar também o meu amigo Brito, com quem tivemos oportunidade de freqüentar os bancos da Universidade Federal de Mato Grosso, no curso de Engenharia Civil; quero cumprimentar o ex-Vereador Guto e o nosso ex-Secretário aqui da Capital, Joaquim Curvo e, cumprimentar todos os senhores, pessoas que fazem parte do Governo Blairo Maggi.

Quero dizer que, por mais que nós tenhamos trabalhado aqui, o povo nos delegou o direito de fazer oposição ao Governo, eu sou daqueles que torço para que o Governo dê certo e, toda nossa crítica tem sido muito em cima das promessas feitas na campanha e até agora não executadas. Então, nós torcemos para que todas as propostas sejam executadas, até porque nós estamos aqui na Casa, com praticamente 22 Deputados que apóiam o Governo... A Deputada Verinha Araújo recentemente se licenciou temporariamente da bancada do Governo, mas parece que já está voltando também... E no caso, ficou apenas o Deputado Carlão Nascimento, com a missão de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

também fazer o contraponto do Governo. Eu acho que isso é importante também nós estarmos apontando, não só onde está errado no Governo, mas apontando também onde está certo.

Então, eu quero aqui cumprimentar a equipe da Secretaria de Transportes pelo grande trabalho que tem feito no Estado. Nós somos obrigados a reconhecer que o trabalho é um trabalho muito bem feito, é um trabalho de parceria com a sociedade, é um trabalho que vem dando certo e um trabalho que está nos olhos de todo mundo. É o trabalho de infra-estrutura, pelo menos, na área das rodovias e também na área de habitação. Eu acho que é um dos programas do Governo que vem dando certo e, nós temos que parabenizar por isso. E, às vezes, pode até dizer, por que tem dinheiro lá? Por que tem o FETHAB que foi tão questionado no Governo passado e não foi criado? Eu diria que sim, porque tem o FETHAB, mas tem outras Secretarias que não funcionam tão bem e com mais recurso talvez. A Secretaria de Saúde é um dos casos. Nós tivemos problemas sérios aí, já passaram dois Secretários e teve problema muito claro de gestão mesmo, não é falta de recurso, é gestão da Secretaria, é problema de fazer os investimentos que a Secretaria tanto necessita.

Portanto, se de um lado estou elogiando, não é só porque tem o recurso, porque outras Secretarias também têm e não aconteceu esse trabalho tão bem feito que percebemos que está sendo feito no Estado. Portanto, nessa Secretaria, eu elogio o Governo Blairo Maggi, e outras eu tenho vários questionamentos a fazer, várias críticas e tenho feito, realmente, essas críticas.

Nós estamos inaugurando aqui na Assembléia Legislativa uma nova forma de discutir a questão orçamentária. Eu chamo muita a atenção disso, nós estamos discutindo aqui o que o Governador vai fazer nos próximos quatro anos, quer dizer, são três anos do Governador Blairo Maggi e mais um ano do próximo Governo Se ele for vencer candidato às eleições e vencer as eleições, ele mesmo terá o prazer de executar.

Portanto, o PPA é algo importante, é algo que eu conversava com o Arnaldo, ele me disse que já vão voltar nas regiões para dizer o que foi colocado no orçamento, fazer uma certa avaliação. Eu acho que isso é importante, planejar, acompanhar e depois avaliar isso.

Então, eu tinha algumas coisas para cobrar, porque nós não estamos conseguindo ter acesso ao Governo, parece-nos que o Governo, pelo menos, a conversa que eu tive com o Governador, ele fala muito em transparência e quase me convenceu que era verdade. Confesso que saí de lá quase convencido de que tudo que ele falava era verdade, realmente.

Mas me estranha muito alguns dados que nós precisamos ter aqui, inclusive, para discutir o PPA e o Orçamento e não temos, por mais que cobremos, em toda reunião eu tenho cobrado, para ver se vêm esses dados para a Assembléia Legislativa. Primeiro, nós estamos questionando a receita corrente líquida do Estado, a que está no orçamento deste ano. Então, é preciso que mande para cá a memória de cálculo, sem essa nós vamos continuar desconfiando sempre.

Nós estamos pedindo para que o Estado envie para esta Casa a memória de cálculo da dívida fundada do Estado, que também sem essa eu fico na dúvida. E aqui nós estamos cobrando, também a questão das obras inacabadas. Para a nossa surpresa, eu estou vendo uma mensagem do Governador que vem para esta Casa já alterando a LDO que nós votamos, recentemente, para que não conste a questão das obras inacabadas.

Eu fico preocupado até porque tudo isso é dinheiro público. Nós temos aqui um hospital que já passaram vários e vários governos, inclusive, o nosso, o Governo que eu fiz parte, é que investiu ali e essa obra está paralisada! Não sei se vai ser contemplada no ano que vem, provavelmente, não. Nós tínhamos um fórum que passou aí não sei quantos governos...

Eu posso dizer de uma obra que foi lançada no Governo do ex-Governador Bezerra, o Dr. Gilson, inclusive, era o Presidente do DVOP, na época, eu era o Secretário de Infra-

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Estrutura, nós lançamos a obra Lar Mineirinho Itiquira, não terminamos essa obra, o Governador Blairo Maggi acabou de terminar essa obra.

Então, nós temos que garantir de um governo para outro a questão dessas obras.

Então, lamento já não ter essas obras, o Secretário me disse que não tem ainda a relação completa, mas que assim que tiver vai mandar a esta Casa.

O que nós temos cobrado aqui é exatamente essas transparências que precisam ter, nós fizemos duas... A Constituição prevê que a Comissão de Fiscalização, quando da apreciação da LDO, do PPA e do Orçamento, tem acesso ao SIDOR, e a Secretaria de Planejamento já disponibilizou isso para nós. Mas diz também na Constituição que nós temos que ter acesso ao SIAF, isso eu já entendo, Secretário de Fazenda, eu já passei por três ou quatro Governos aí, Secretário de Fazenda não gosta de dar informação, eles mesmos fixam quando que eles vão arrecadar. Ele mesmo fala assim: nós vamos arrecadar tanto este ano. Daí para frente, você não consegue informação. Então, nós queremos saber também, ter acesso ao SIAF, para que nós possamos acompanhar todo trabalho que o Governo vem desenvolvendo.

Portanto, eu faço essas considerações no sentido de que nós possamos agora, encerrando hoje esta Audiência Pública, nós vamos ter um trabalho muito grande, até amanhã os Sr. Deputados vão apresentar as emendas. No Orçamento nós temos até agora três emendas, no PPA nós temos setenta, mas eu sei de alguns Deputados, a Deputada Verinha Araújo deve ter aí umas duzentas emendas, o Deputado Dilceu Dal Bosco informa que tem mais de cem. Os Poderes, a Assembléia Legislativa quer mais dinheiro, o Poder Judiciário quer mais dinheiro. Quer dizer, tudo isso vai cair nas nossas mãos agora, para avaliarmos daqui até o dia 10 quando nós queremos já ter esse relatório por completo, pronto para ser votado.

Então, diante dessas não informações que nós não estamos recebendo, fica difícil.

Portanto, eu faço aqui um apelo ao Secretário de Planejamento, aos demais Secretários Adjuntos das outras pastas que dê uma ajuda para nós termos acesso a essas informações do Governo, porque não basta ter só o discurso, o Governo é transparente, quero fazer isso, quero fazer aquilo e na hora que a Assembléia Legislativa precisa das informações, Assembléia Legislativa que tem vinte e três Deputados apoiando o Governo, não tem essas informações. Hoje, eu disse aos Deputados que nós vamos ter uma dificuldade muito grande de aproveitar as emendas dos Srs. Deputados, muito grande, praticamente essas emendas serão em vão. Se nós não tivermos acesso a essas informações para mudar a receita e a questão da dívida, provavelmente nós vamos aproveitar poucas emendas dos Srs. Deputados. Quando eu disse isso, todo mundo assustou e daí eu já vi a Mesa Diretora se movimentando no sentido de buscar essas informações.

Uma outra coisa que eu acho importante. Parece-me que lá na Secretaria de Transportes tem um Conselho que define as aplicações dos recursos do FETHAB. Acho que é isso, não é, Dr. Gilson?

Então, nós estamos pedindo, também, e eu já pedi através de um ofício, que fosse enviado a esta Casa o plano de aplicação dos recursos do FETHAB do ano de 2003. Plano de aplicação. Isso é um planejamento que nós estamos pedindo agora, também, e que não veio. Eu pedi o de 2003 através de um requerimento, aí me disseram que é o que tem numa tabela aqui de convênio já firmado, empenhado e alguns até pagos. Isso para mim não é plano de aplicação.

E depois nós estamos pedindo, também, para que no Orçamento de 2004 esse plano venha para esta Casa, porque aqui eu sei que o que foi aplicado no FETHAB, este ano - não estou contra a aplicação, eu estou contra a forma -, não era o que estava previsto no plano de aplicação do FETHAB de 2003. Houve várias mudanças e para ter essas mudanças, no mínimo, a Assembléia Legislativa teria de ter apreciado isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Com a nova Constituição, o que mais a Assembléia Legislativa tem de fazer, aqui... Noventa por cento dos nossos projetos que são apresentados em Plenário, noventa por cento deles são inconstitucionais. O Governo veta tudo. Então, o trabalho de legislar é só quando vem um projeto do Executivo. Aí todo mundo pode legislar aqui. Então, o que sobrou para os Deputados? Fiscalizar.

Eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Como é que nós podemos acompanhar a execução do Orçamento se nós não temos acesso ao sistema?

Então, são coisas que eu queria colocar para que pudesse ser refletido e para aqueles que pudessem dar essas informações, isso seria necessário.

Uma outra coisa também que nós precisamos discutir - e o Governo precisa pensar nisso urgentemente - é a questão desses consórcios. Não adianta falar que estou fazendo exemplo para o Brasil, quando esses consórcios, nós percebemos claramente, estão sendo irregulares. Isso vai dar problemas muito sérios. Eu tenho aqui, inclusive, Parecer do Tribunal de Contas de que esses consórcios não estão sendo feitos de forma correta. O fato de fazer parceria com a entidade privada, não significa dizer que eu estou fora da Lei nº 8.666, eu tenho de licitar. Então, é uma outra coisa com que o Governo vai ter sérios problemas, e é preciso, de uma vez por todas, resolvermos isso.

O Governo Lula vai fazer isso. O Governo Lula está mandando um projeto de lei para o Congresso Nacional, e lá vão normatizar toda essa questão de parceira. O Estado não tinha, o Estado foi o primeiro a fazer. Então é preciso que isso fique bem claro para que nós possamos também ter acesso às informações.

Eu pedi, também, nesse mesmo requerimento, cópia desses convênios. Não foi enviada cópia desses convênios. E o Dr. Gilson acaba de me informar que nesse período ele estava formatando esses convênios. Eu espero que esses convênios cheguem a esta Casa para que possamos ter acesso e estudá-los. Eu acho que a transparência para com o dinheiro público é muito importante, não só para esse Governo, mas para qualquer Governo, para o Governo que passou, para os futuros Governos. É preciso que tenhamos transparência quanto à aplicação dos recursos públicos.

A minha fala é, mais ou menos, em cima disso. A Deputada Verinha Araújo fez um estudo grande com relação à saúde. Eu também sou membro dessa Comissão e nós vamos trabalhar, mas eu estou muito decepcionado porque essas informações não chegam na Casa. Isso é muito importante.

Quanto ao dinheiro do FETHAB, eu já fiz outros requerimentos e já tenho outra visão sobre a questão do FETHAB. Eu tenho dúvidas. Tenho dúvidas não, eu tenho certeza de que, na composição do FETHAB, se está tirando dinheiro dos municípios, tirando da educação, da saúde, e jogando em estradas. Eu não sou contra fazer estradas, mas sou contra da forma como isso está sendo feito. Eu estou fazendo um estudo completo sobre isso e no momento exato estaremos não só divulgando, mas cobrando do Governo que o dinheiro da educação e da saúde dos municípios seja preservado.

Era isso. Muito obrigado. Espero que tenhamos um relatório e que possamos aproveitar um maior número de emendas possíveis dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Se o Dr. Gilson quiser responder.

Antes de passar os trabalhos da Mesa à Deputada Verinha Araújo, nós temos, ainda, inscrito o Deputado Dilceu Dal Bosco.

Eu só quero alertar a Deputada que nós temos uma Sessão agora às 17:00 horas.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Em primeiro lugar, eu quero aqui agradecer o Deputado Carlão Nascimento pelas palavras atinentes ao corpo técnico da instituição.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Eu diria mais, Deputado Carlão Nascimento. Eu sou cuiabano naturalizado, assim como o Dr. Luiz Antônio Pagot é. Eu digo que, ainda, tenho uma dívida muito grande com este Estado, porque este Estado me acolheu. Foi aqui que me formei, que constitui minha família, que formei os meus filhos, e dessa forma está procedendo o Dr. Luiz Antônio Pagot.

Eu digo que esse homem, no meu ponto de vista, é o Estado quem está devendo a ele hoje e não ele ao Estado. Porque nós temos acompanhado de perto o trabalho incessante desse cidadão. É um cidadão que nos orgulha com as suas ações, dentro da lisura, dentro da honestidade. Ele tem lutado com veemência, reduzindo, brigando tostão por tostão, e aí a prova está na execução das obras onde estamos com pavimentação no valor de duzentos e trinta e seis mil reais o quilômetro, quando o próprio DNIT está pagando quinhentos, seiscentos mil o quilômetro. Isto é um exemplo daquilo que ele está fazendo.

Ele briga realmente com os preços - nisso aí somos testemunhas. E eu quero deixar isso registrado aqui, porque o trabalho que ele vem desenvolvendo, Deputado, realmente nos enche de orgulho. Eu tenho certeza absoluta de que o Estado tem essa dívida com o Secretário Luiz Antonio Pagot, pelo trabalho que vem desenvolvendo.

Eu quero também congratular com Vossa Excelência por tudo isso, pela sua pessoa, pelo seu trabalho. Vossa Excelência tem realmente um serviço prestado a este Estado, não tenho a menor dúvida disso, e está se colocando como oposição, mas não consideramos Vossa Excelência como oposição, muito pelo contrário, eu acho que Vossa Excelência contribuirá muito fazendo as suas interferências junto ao Governo, corrigindo o que realmente tem que ser corrigido, porque ninguém é perfeito. Eu tenho certeza absoluta de que o Governo vai olhar com muita simpatia todas as suas colocações, todas as suas observações que serão realmente realizadas.

Eu quero aqui, mais uma vez, dizer que essas solicitações que Vossa Excelência fez ao Secretário de Transportes, tenho certeza absoluta de que se realmente ele respondeu, se não houve uma contemplação *in totum*, eu levarei ao conhecimento dele para que possamos subsidiar, porque o Secretário Luiz Antonio Pagot, pode ter certeza absoluta, não tem que se esconder de nada, porque não tem nada a esconder, Deputado Carlão Nascimento. Vossa Excelência poder ter certeza absoluta de que ele jamais se negou a fornecer qualquer informação pertinente a sua Secretaria, porque é assim que ele procede, é assim que ele tem dado exemplo para todo seu corpo funcional.

Eu aproveito a oportunidade aqui para parabenizar a estrutura que hoje temos na Secretaria de Transportes. São duzentos e poucos servidores, a maioria deles há mais de vinte e cinco anos que vem prestando um relevante serviço a este Estado, à frente da Secretaria de Transportes, fiscalizando obras de dez milhões de reais que, muitas vezes, não coaduna com o salário que recebe hoje. Mas estão aí à frente, demonstrando realmente que estão entusiasmados, que estão realmente resgatando aquela sua imagem justa, trabalhando com determinação, por quê? Porque tem o seu líder lá em cima que está dando um verdadeiro exemplo.

Eram essas as colocações. Mais uma vez, quero aqui agradecer o elogio que Vossa Excelência vem trazendo à Secretaria de Transportes, porque realmente ela merece e está dentro de um trabalho, cobrindo aquela determinação do Governador Blairo Maggi.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAUJO) - Deputado Dilceu Dal Bosco.

Antes eu gostaria de citar a presença do Sr. Cícero Ferreira, que é Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Aricá Sul; do Sr. Wilton Falcão Moreira da Silva, do Sr. Jairo Oliveira de Jesus, do Sr. Antônio Braga da Silva, do Sr. Augusto Capilare, do Sr. Leone e do Sr. Antônio Rodrigues da região do Osmar Cabral, São João Del Rei e Fortaleza. Muito obrigada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Fiquem a postos e depois vamos conversar com o Sr. Gilson aqui sobre a situação da região - ele já está a par.

Com a palavra, o Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Cumprimento os nossos companheiros, Deputada Verinha Araújo, Deputado Pedro Satélite e Deputado Carlão Nascimento.

Cumprimento também os representantes das Secretarias de Saúde, de Planejamento e de Transportes, o Sr. Arnaldo, o Sr. Jackson, o Dr. Guto, que estão aqui, o Dr. Gilson, o Sr. Joaquim Curvo, Sr. Gonçalves, Sr. Brito e demais representantes das Pastas de Transportes e de Saúde.

Eu quero, antes de mais nada, parabenizar todos que estiveram nesta audiência, em especial os representantes das Pastas da Saúde e de Transportes, pela apresentação, a forma como foi colocado. Nós temos certeza de que, apesar das dificuldades, o Governo está no caminho certo e nós vamos crescer ainda mais em 2004 do que já crescemos em 2003.

A questão da saúde não me preocupa tanto, até porque a Constituição já definiu os índices do orçamento para a educação e para a saúde. Para a saúde no ano que vem são 12%, este ano foram 10,33%, quer dizer, temos certeza de que bem aplicados os recursos da saúde serão suficientes para aquilo que é necessário ser feito.

Acho, e a linha é essa, o Dr. Guto colocou aqui, o Dr. Marcos Machado tem colocado, o fortalecimento dos consórcios regionais. Nós que andamos e estivemos junto com a Deputada Verinha Araújo, com o Deputado Ságua e Deputado Eliene em Colíder e Sorriso, pudemos perceber que temos urgentemente que equipar e ampliar o pessoal, principalmente médicos, e também rever as condições físicas dos hospitais regionais.

Com certeza, se a gente acertar lá em Alta Floresta, Peixoto de Azevedo, Colíder, Sorriso essa demanda de lá não vai sobrecarregar Cuiabá, e é isso que precisamos saber. Mas eu estou contente com o valor já definido no orçamento para os hospitais regionais.

Nós vamos lutar, Dr. Guto, para que efetivamente sejam aplicados, Deputada Verinha Araújo, esses recursos nos hospitais regionais, principalmente na questão das UTIs, tão importantes na nossa região. Não podemos mais colocar as ambulâncias, as UTIs móveis para andar nas estradas.

Então, é importante, eu tenho a tranqüilidade de falar que à saúde basta que se aplique efetivamente esses recursos no ano de 2004, que estará muito bem.

Eu quero aproveitar, e até o Sr. Gonçalves me deu um susto antes falando que a manutenção e a recuperação de estradas, o orçamento era só de sete milhões, eu vim aqui verificar com o Dr. Gilson, e na verdade não é isso, já está definido. O valor é bem maior, eu tenho certeza de que vai suprir.

Mas eu quero falar das obras do Governo lá na nossa região, no norte. Viajando com a Deputada Verinha Araújo, sobrevoando a região - eu falei, Deputada, que eu conheço mais a região que a Deputada, porque ela é daqui, nós vamos passar daqui a Colíder, por sete obras de pavimentações asfálticas, que nós vamos poder ver a obra acontecendo na minha região -, nós passamos por Nova Mutum a Trivelato, Lucas a Tapurah, onde foram inaugurados sessenta e um quilômetros, Sorriso a Ipiranga, Sorriso a MT-242 que é Nova Ubiratan, BR-163 no Posto Fiscal de Celeste, até Vera, Sinop a Alto do Rio Branco, e MT-220, lá em Sinop.

São sete obras acontecendo, lá na nossa região, Deputado Pedro Satélite. Santa Helena também, Terra Nova, são obras acontecendo na nossa região, são os retornos dos recursos do FETHAB acontecendo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Mas eu quero, até contrapondo o que a Deputada Verinha Araújo falou aqui que essas obras, principalmente dos consórcios, não estavam sendo investidas para os pequenos, eu falo exatamente o contrário, quase todas estão indo no sentido dos assentamentos, de Lucas a Tapurah, ela vai seguir depois até uma comunidade mais na frente chamada Ana Terra, que é um assentamento, para frente dela tem mais de três mil famílias assentadas em Itanhagá, que serão beneficiadas e contempladas por essa estrada.

Guarantã a Novo Mundo, são oito mil famílias, que estarão contempladas com essa estrada. Sorriso a Ipiranga, também vai contemplar o assentamento de lá, BR-163 a Vera também estará contemplando assentamentos. Enfim, todas praticamente estarão indo no sentido do interior. Quanto mais para o interior, mais se contempla o assentamento. Então, está sim, beneficiando todos.

Eu quero parabenizar esta idéia brilhante do Governador, que saiu lá de Lucas do Rio Verde, onde eu tenho certeza e convicção... Conheço a maioria dos produtores que estão investindo efetivamente nas estradas. Então, eu só tenho que parabenizar o Programa Estradeiro. O Programa Meu Lar que já está inaugurando casas, por exemplo, em Analândia, que nem município é, são vinte e cinco casas que foram para lá, dando só um exemplo, porque nem sonhava, nem pensava em ter habitação. Então, eu quero dizer que quando a Deputada colocava da preocupação dela, é justa, a questão de pessoal na Secretaria de Transportes, do percentual pequeno, mas a Secretaria de Transportes é diferente da saúde e educação.

As Secretarias de Saúde e de Educação se fazem com gente, e a Secretaria de Transportes se faz com obras. A obra na Secretaria de Transportes é licitada, terceirizada e não tem gente fazendo obra. Na saúde, são médicos, enfermeiros, auxiliares, técnicos que estarão trabalhando. E quando dá uma referência do percentual pequeno, você pega e joga no orçamento geral, você vê que não é pouca coisa, é bastante.

Então, quero agradecer imensamente a participação de todos. Parabenizar pelo brilhante trabalho que vêm fazendo, tanto a Secretaria de Saúde, no comando do Dr. Marcos Machado, como a Secretaria de Transportes, no comando do Pagot, e de todos vocês que estão fazendo da Secretaria de Transportes uma referência realmente neste Governo, com obras efetivamente acontecendo. Era isso, Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Deputado.

Eu tive a oportunidade, neste final de semana, de viajar com o Deputado Ságua, o Deputado Dilceu Dal Bosco e o Deputado Eliene para fazermos uma visita aos hospitais de Colíder e de Sorriso. Fizemos uma audiência pública depois. Foi muito proveitosa, porque foi uma oportunidade que nós tivemos, e muitas vezes a estrutura ajuda muito. Tivemos a possibilidade de nos deslocarmos de avião. Levaria dois a três dias para chegar a um local como esse. E foi pago com o dinheiro do povo. E é isso mesmo. É por isso que nós temos que trabalhar. Quanto mais estrutura, mais qualificado é o nosso trabalho, para cobrar que a população seja atendida.

Para encerrar, eu vou passar a palavra ao Jackson, para me responder as perguntas sobre recursos na área de saúde para Cuiabá, principalmente porque o Pronto-Socorro é o nosso salvador da pátria e ele precisa ter recurso também.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Só aproveitando também, Deputada, para colocar sobre essa visita que os senhores fizeram a Colíder, a senhora e o Deputado Dilceu Dal Bosco. Nós tomamos já um posicionamento esta semana, uma reforma emergencial que foi detectada e já estava na nossa programação. Então, nós vamos executar este ano um investimento de 145 mil reais e a contratação imediata de mais 12 profissionais. Então, essa medida já foi tomada e até dezembro nós já estaremos concluindo essa obra.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Com relação aos investimentos em Cuiabá, também ficou uma pergunta pendente...

Deputada, depois a Sr<sup>a</sup> Lúcia vai explicar essa situação.

Investimentos em Cuiabá: implantação do Centro de Tratamento Renal e outras adequações no Hospital Júlio Muller, no valor de R\$3.357.848,00; tornar o HEMOMAT centro de referência em hemoglobinopatias e coagulopatias, no valor de R\$1.335.550,00; reforma que já está sendo feita no Adauto Botelho, no valor de R\$590.078,00; implantação do Depósito Central de Insumos, no valor de R\$182.812,00; reforma no laboratório de pneumologia no IEMT, no valor de R\$105.000,00; equipar a Escola de Saúde Pública, no valor de R\$1.119.285,00; implantação de um Laboratório de Entomologia em Cuiabá, no valor de R\$484.500,00; aquisição de equipamentos biomédicos laboratoriais para os CTs e ATs em Cuiabá, no valor de R\$80.000,00; adequação de um grupo gerador no HEMOCENTRO, no valor de R\$270.000,00.

Então, essas são as obras que serão feitas, os investimentos que serão feitos em Cuiabá no ano de 2004. E também são os investimentos de UTIs, que isso já é do conhecimento de todos, que foram 38 leitos de UTIs implantados neste ano aqui em Cuiabá.

A Sr<sup>a</sup> Lúcia poderia explicar essa situação que ficou um pouco...

A SR<sup>a</sup> LÚCIA - Eu estava conversando aqui com o Sr. Afrânio. Esse programa está no Programa de Saúde, é a adequação tecnológica da SES-Secretaria de Estado de Saúde e os hospitais regionais. Esse valor é para interligar os quatro hospitais regionais junto com a SES, no que diz respeito a faturamento, a AIHs, a atendimento ambulatorial e aos 14 escritórios regionais, porque antes eram 13, agora foi inaugurado o de Pontes e Lacerda, já está em funcionamento. Então, é para isso. Esses três milhões, houve um corte, a previsão era de oito milhões trezentos e cinquenta e nove, houve um corte de cinco milhões trezentos e noventa e cinco, ficando três milhões novecentos e sessenta e três mil. Mas há interligação na rede tecnológica entre os escritórios, entre os hospitais regionais com a SES-Secretaria de Estado de Saúde, porque agora tudo é feito por relatório, o que nós poderíamos, muitas vezes, adiantar o faturamento do interior, dos hospitais do interior.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Lúcia.

No relatório que nós recebemos, não aparece a Secretaria Estadual de Saúde. Ação, aparece só como ação do hospital regional, por isso nós questionamos.

A SR<sup>a</sup> LÚCIA - Não, foi um lapso.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, houve problema na redação.

A SR<sup>a</sup> LÚCIA - É, foi um lapso, porque no que está aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde, têm interligação com a Secretaria de Estado de Saúde, os hospitais regionais e os 14 escritórios.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Está respondido.

O Dr. Gilson solicitou a palavra, para falar. Com a palavra, o Dr. Gilson.

O SR. GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu quero pedir desculpas aos senhores, porque me passou despercebido um questionamento que o ilustre Deputado Carlão Nascimento fez a respeito da legalidade dos consórcios rodoviários. Eu lamento profundamente, ele não está aqui presente, mas eu vou transmitir, já que ele fez a colocação a respeito desse consórcio rodoviário. Todos nós sabemos que os recursos necessários para investimento nessa área, hoje, na área federal para recuperação da malha rodoviária federal, é da ordem de sessenta bilhões de reais.

Governo Federal não tem condições, em hipótese alguma, de alocar esse recurso para fazer a conservação dessa malha viária. Então, está se buscando nos moldes de outros países desenvolvidos, como a Itália, a Espanha, a parceria pública privada. E já existe um projeto de lei no

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO**  
**PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Congresso Nacional, já em tramitação em regime de urgência urgentíssima, para que realmente dê condições de a iniciativa privada, Deputada, participar disso daí. Agora, nós sabemos os entraves burocráticos e os senhores, como Parlamentares, sabem muito bem disso aí, até se chegar à aprovação, à homologação por Sua Excelência o Presidente da República para depois colocar para a nação.

O nosso Estado, diante das características e a urgência que se fez presente para que nós pudéssemos dar escoamento a nossa safra, o Governador Blairo Maggi saiu na frente, saiu na frente com esse Programa. E eu tive o cuidado, inclusive, de recordar na semana passada uma reunião que a Secretaria de Saúde do Estado teve com o ilustre Conselheiro do Tribunal de Contas, Sr. Válder Albano, a respeito dos consórcios, Dr. Jackson, que estão colocando, onde ele colocou que diante da lisura que estava se buscando essa parceria, que se dispensavam as formalidades legais em busca do entendimento. Eu duvido aqui que os consórcios que hoje estão sendo formalizados estão se pautando dentro da legislação pertinente ao assunto. Tanto é que os convênios que a Secretaria tem firmado, celebrado com as associações, ela é bem clara que os recursos repassados tem que obedecer à legislação, à Lei nº 8.666. Isso o Secretário tem batido.

As associações são legalmente constituídas, o que está faltando nisso aí, Deputada, é apenas o arcabouço jurídico para que nós possamos realmente servir de modelo e de exemplo a nível nacional no que concerne a área jurídica. Mas eles são feitos, estão aí, todo mundo está reconhecendo, os produtores entram com 50%, o Estado entra com 50% e nós estamos conseguindo dar um exemplo nacional, como o próprio Ministro dos Transportes colocou lá em Lucas do Rio Verde, servindo de modelo, em nível nacional, desse exemplo que está sendo dado aqui no Estado de Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós agradecemos.

Só para concluir, quero dizer ao Dr. Gilson que nós, Deputados, estamos aguardando o projeto para regularizar essa questão dos consórcios, até para que o Governo não tenha problemas no Tribunal de Contas. Nós sabemos que a iniciativa é importantíssima, ele foi matéria, ontem, inclusive no jornal das onze. Eu estive, fiz questão de ir lá na inauguração para ver a obra, fui como fiscalizadora que sou - esse é o nosso papel -, fui lá olhar, fui convidada pelo Prefeito a ir a Lucas do Rio Verde, e constatei a belíssima obra. Inclusive, fiquei muito contente, porque meu sogro foi um dos primeiros parceleiros lá da região, isso na década de 70, ainda.

Então, lá nós vimos os colonizadores que ali chegaram e que contribuíram para com a obra. Então, o que precisa fazer, Dr. Gilson, é o Governo enviar para a Assembléia Legislativa um projeto para regularizarmos os consórcio, porque nós já estamos concluindo os nossos trabalhos até o dia 20 de dezembro e é preciso, inclusive, para que o Governo depois no Tribunal tenha isso resolvido. Eu tenho certeza de que vocês já estão encaminhando essa questão para cá. Eu não pude ficar lá, no sábado, no Seminário em que o João Virgílio ia falar da questão jurídica. Naquele momento tive que sair para vir embora, mas eu sei que essa é uma preocupação.

O nosso Governo, Governo Lula, já enviou, inclusive, para o Congresso Nacional, semana retrasada, o PPP. Eu que o coloquei na mão do Governador, assim que chegou, no dia anterior, pus nas mãos do Governador o projeto, inclusive porque esse projeto se originou aqui em Mato Grosso o PPP, fruto desse debate em relação a BR-163. Eu participei, inclusive, daquela reunião dos grandes produtores, lá em Lucas do Rio Verde, da Bunge, Maggi, Cargil e que, hoje, inclusive, à tarde estão reunidas em São Paulo discutindo a formatação desse consórcio para a BR-163. Tive a oportunidade de participar, na semana retrasada, em Sinop, onde várias entidades ambientalistas apresentaram um documento na preocupação de ser uma BR auto-sustentável, que ela sustente as reservas indígenas e também o acesso aos assentamentos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Então, essa preocupação do Deputado Carlão Nascimento é a nossa e eu tenho certeza de que é a do Governo também.

Quero dizer ao Jackson que nós Deputados agradecemos, porque imediatamente a nossa visita a Colíder, o Secretário de Saúde tinha ido na semana anterior, ele não teve a oportunidade de entrar no centro cirúrgico do hospital, nós entramos e vimos a situação do centro cirúrgico. Realmente, um hospital de onze anos, os médicos ali estão fazendo um trabalho de alma mesmo, de dedicação com a situação estrutural como aquela do hospital de Colíder. É uma dedicação. Eu fiquei sabendo que uma médica pediatra ficou trinta e seis horas com um paciente, por falta de médico naquele hospital.

Então, se esse anúncio, Jackson, da reforma imediata resolver imediatamente lá o centro cirúrgico, dobrar o número de profissionais para doze... Precisa rever a questão do salário, porque os clínicos não recebem o mesmo salário que os especialistas, e eles estão reclamando para que isso seja também resolvido.

Então, nós agradecemos a presença de todos, apesar que a Audiência deveria separar um tempo maior para o debate, mas estamos começando. Esperamos que para o próximo ano possamos ter oportunidade de discutir a LDO, depois o Orçamento, já com o PPA aprovado.

Contamos com vocês! Muito obrigada! Fiquem a postos, porque, na semana que vem, vocês terão que retornar para discutir as emendas que serão apresentadas até amanhã.

Peço aos nossos companheiros do Osmar Cabral vir aqui para conversarmos com o Dr. Gilson. Muito obrigada.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Rossana Valéria Guerra;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa.